



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO – UFMA
CAMPUS IV – GRAJAÚ
CURSO DE LICENCIATURA EM CIÊNCIAS HUMANAS/ GEOGRAFIA**

WILLIAN PAZ DA SILVA

POLÍTICA E NAÇÃO NAS PÁGINAS DO JORNAL “O BRASILEIRO” (1830)

**GRAJAÚ – MA
2022**

WILLIAN PAZ DA SILVA

POLÍTICA E NAÇÃO NAS PÁGINAS DO JORNAL “O BRASILEIRO” (1830)

Monografia apresentada à Universidade Federal do Maranhão – UFMA como requisito parcial para obtenção do título de Graduação em nome do Curso de Licenciatura Interdisciplinar em Ciências Humanas com Habilitação em Geografia, sob orientação do Prof.: Dr. Roni César Andrade de Araújo

GRAJAÚ – MA
2022

Ficha gerada por meio do SIGAA/Biblioteca com dados fornecidos pelo(a) autor(a).
Diretoria Integrada de Bibliotecas/UFMA

SILVA, Willian Paz da.
POLÍTICA E NAÇÃO NAS PÁGINAS DO JORNAL O BRASILEIRO
1830 / Willian Paz da SILVA. - 2022.
45 f.

Orientador(a): Roni César Andrade de ARAÚJO.
Curso de Ciências Humanas - Geografia, Universidade
Federal do Maranhão, Grajaú, 2022.

1. Brasileiro. 2. Periódico. 3. Província. I.
ARAÚJO, Roni César Andrade de. II. Título.

WILLIAN PAZ DA SILVA

POLÍTICA E NAÇÃO NAS PÁGINAS DO JORNAL “O BRASILEIRO” (1830)

Monografia apresentada à Universidade Federal do Maranhão – UFMA como requisito parcial para obtenção do título de Graduação em nome do Curso de Licenciatura Interdisciplinar em Ciências Humanas com Habilitação em Geografia, sob orientação do Prof. Dr. Roni César Andrade de Araújo

Aprovado em: ____ / ____ / ____

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. RONI CÉSAR ANDRADE DE ARAÚJO (UFMA/GRAJAÚ)

Orientador

Profª Dra. Edyene Moraes dos Santos (UFMA/CODÓ)

Examinadora

Prof. Dr. Marco Antônio Machado Lima Pereira (UFMA/GRAJAÚ)

Examinador (a)

*“Em época de crise, o sábio constrói pontes,
enquanto o tolo constrói barreiras, temos que
encontrar um jeito de cuidar direito um do outro,
como se fossemos uma única tribo”.*

(T’Challa)

RESUMO

O presente trabalho de Conclusão de Curso (TCC) é uma pesquisa feita através da leitura e análise da primeira fase (1830) do periódico “O Brasileiro” com o intuito de desbravar uma parte da História do Maranhão até então pouco explorada, através do periódico que circulou na província do Maranhão nos anos de 1830 e 1832, tendo como seu redator José Antônio de Lemos, que ficou nessa posição durante toda a primeira etapa do periódico. Através da leitura das páginas do jornal, vamos desenvolver um melhor entendimento da situação da província na época, como também sobre várias outras características da mesma. Vai ser desenvolvido mais acerca de alguns assuntos sobre o período, pois, o mesmo tem como objetivo analisar sobre o conceito da identidade como “brasileiro” da época, e o que definia uma pessoa como “brasileiro”, portanto, vamos adentrar mais a fundo a respeito dessa construção de nacionalidade, com o objetivo de trabalhar também sobre os conflitos entre os então considerados “brasileiros” e os “portugueses” nos anos em que se passou a primeira fase do jornal. Bem como assuntos acerca da situação política da província do Maranhão, e como os cidadãos da mesma achavam sobre a administração de sua província.

Palavras-chave: Brasileiro. Periódico. Província

ABSTRACT

The present work of Conclusion of Course (TCC) is a research done through the reading and analysis of the first phase (1830) of the periodical "O Brasileiro" in order to open a part of the History of Maranhão until then little explored, through the periodical which circulated in the province of Maranhão in the years 1830 and 1832, with José Antônio de Lemos as its editor, who remained in that position throughout the first stage of the periodical. By reading the pages of the newspaper, we will develop a better understanding of the situation in the province at the time, as well as several other characteristics of the same. It will be developed more about some issues about the period, as it aims to analyze the concept of identity as "Brazilian" at the time, and what defined a person as "Brazilian", so let's go deeper about this construction of nationality, with the aim of also working on the conflicts between the then considered "Brazilians" and the "Portuguese" in the years in which the first phase of the newspaper took place. As well as issues about the political situation in the province of Maranhão, and how its citizens thought about the administration of their province.

Keywords: Brazilian. Periodical. Province

SUMÁRIO

| | |
|---|----|
| 1 INTRODUÇÃO | 09 |
| 2 HISTÓRIA E HISTORIOGRAFIA DA INDEPENDÊNCIA DO BRASIL | 10 |
| 2.1 Ideias Políticas e os Primeiros Anos do Império do Brasil | 14 |
| 3 A PROVÍNCIA DO MARANHÃO NO FINAL DO PRIMEIRO REINADO: O JORNAL O BRASILEIRO (1830) COMO OBJETO DE ESTUDO | 20 |
| 3.1 Imprensa e Política no Maranhão Imperial | 20 |
| 3.2 O Maranhão e as ideias políticas no jornal <i>O Brasileiro</i> | 24 |
| 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS | 43 |
| REFERÊNCIAS | 45 |

1 INTRODUÇÃO

A história do Primeiro Reinado, contada a partir das experiências vividas na província do Maranhão tem se mostrado de uma grande riqueza para as produções historiográficas e pesquisas, de modo geral, que tem sido desenvolvidas nos últimos tempos. A peculiar relação com Portugal, o cenário da Independência, os conturbados anos do Primeiro Reinado e as revoltas no Período Regencial são exemplos desse emaranhado de temáticas que estão à disposição do historiador. Nesse sentido, a imprensa tem sido um importante instrumento para a materialização destes trabalhos.

Nesta pesquisa que se propõe, a fonte/objeto de análise é o periódico *O Brasileiro*, que circulou na província do Maranhão no ano de 1830. Entretanto, lembramos, embora não tão recente, o uso dos impressos como fonte histórica é algo que nos últimos anos vem ganhando cada vez mais espaço em meio às produções historiográficas. Seu potencial como fonte/objeto de pesquisa vem se mostrando bastante eficaz.

A escolha pelo periódico *O Brasileiro* como objeto de pesquisa tem permitido avançar em um período da história do Maranhão até então pouco estudada, revelando aspectos do dia-a-dia da província, mas também situações de conflito entre os “brasileiros” e “portugueses”, marcadores ainda do processo de construção da identidade nacional brasileira, no pós-Independência.

Neste trabalho, insta-nos compreender o ambiente de tensão vivenciado pelos atores políticos que participaram desse processo de construção/definição da identidade nacional ante o espaço político-social do Maranhão. Identificar as relações entre os chamados “brasileiros” e “portugueses”, a partir das discussões feitas através de um jornal cujo título revela, por si mesmo, muito do que acabamos de registrar.

Os conflitos envoltos na questão da identidade nacional, serão pensados, por exemplo, a partir dos registros de reclamações de leitores do jornal sobre o exercício dos ofícios públicos. Ali, por trás da preocupação com a coisa pública, se revelarão situações cotidianas de muito já registradas na historiografia envolvendo “brasileiros” e “portugueses”, ligadas à questão da ocupação dos empregos públicos por partes destes últimos.

Para alcançarmos os objetivos que propõem, o presente trabalho está estruturado em capítulos que se complementam a partir do seguinte entendimento: no primeiro capítulo, sob o título “História e Historiografia da Independência do Brasil”, apresenta-se uma discussão historiográfica sobre o Brasil Império. Partindo de um breve debate sobre as questões que envolveram a processo de separação do Brasil de sua antiga metrópole, avançamos na

investigação das consequências imediatas de tal acontecimento. Destaca-se nesta parte do primeiro capítulo, o exercício de sobre o contexto político por detrás da Independência e início do Primeiro Reinado, na busca por entender os motivos que levaram para tal acontecimento, como também a sua consequência política diante da forma de governo estabelecida. Ainda neste sentido, discorre-se sobre a influência do pensamento Liberal e suas características no cenário político brasileiro.

Para finalizar este capítulo inicial, avançando em direção à análise da montagem da estrutura administrativa do Estado recém-independente, busca-se trabalhar acerca das razões para o declínio do governo de D. Pedro, levando-o a abdicar em 1831.

Na sequência do trabalho, o capítulo seguinte avança em direção à província do Maranhão. Aqui, o periódico *O Brasileiro* alcança o protagonismo do trabalho. Todavia, o ponto de partida deste capítulo será a análise da estreita relação entre a província e Portugal, para pensar a adesão ao movimento constitucionalista de 1820 e, no mesmo sentido, a adesão à Independência apenas em 28 de julho de 1823. É em meio a este processo que se dá a instalação das atividades tipográficas na província. O trabalho também faz uma breve incursão em torno desses primeiros anos de imprensa no Maranhão.

Na sequência, apresenta-se o estudo e análise detalhados em torno do periódico *O Brasileiro*, através do qual é possível ter uma melhor compreensão da situação da província. Fazendo uso das falas do redator José Antônio de Lemos, como também das cartas dos leitores enviadas para o jornal, o texto vai apresentar uma discussão que passa pela temática da construção de uma ideia de nacionalidade, tanto pela visão do redator do jornal como da população.

Ainda neste capítulo, será feita a análise das questões políticas tratadas pelo periódico, entendendo mais a fundo os conflitos entre “portugueses” e “brasileiros”, sobretudo por meio das cartas enviadas pelos leitores, ao tratarem a respeito dos ocupantes de cargos públicos.

Assim, o presente trabalho pretende contribuir com os estudos historiográficos acerca do Maranhão Imperial que, nos últimos tempos, tem encontrado nos jornais um caminho prazeroso e instigante.

2 HISTÓRIA E HISTORIOGRAFIA DA INDEPENDÊNCIA DO BRASIL

O Brasil Império, recorte temporal em que se passa o tema a ser analisado no presente trabalho, é um período de grande importância para a história brasileira. Todavia, antes de adentrarmos mais a fundo, até para compreender de forma com maior amplitude os impactos

dos eventos vivenciados na província do Maranhão, no pós-Independência, faremos um breve retorno ao período que marcou a transição da fase colonial para a imperial.

De um lado, voltamos o olhar para o que a historiografia convencionou chamar de “crise do sistema colonial¹”, ocasião em aspectos ligados a dinâmica do comércio internacional são apontados como responsáveis por colocaram em xeque as estruturas que sustentavam a relação colônia-metrópole. Nessa perspectiva,

Os fundamentos do sistema colonial tradicional estavam, portanto, abalados por vários tipos de pressão. No âmbito internacional, as bases da aliança burguesia comercial-Coroa, que havia dado origem ao sistema colonial tradicional, estavam minadas: de um lado, pela emergência de novos grupos burgueses relacionados com o advento do capitalismo industrial e, de outro, pela perda da funcionalidade do Estado absolutista e pelo desenvolvimento de um instrumental crítico que procurava destruir suas bases teóricas. No âmbito das colônias, o aumento da população, o incremento da produção, a ampliação do mercado interno tinha tornado cada vez mais penosas as restrições impostas pela metrópole, tanto mais que cresciam as possibilidades de participação no mercado internacional (COSTA, 1999, p. 22).

Maria Odila Leite da Silva Dias (2005), por outro lado, pode ser tida aqui como representante de outra corrente historiográfica que, sobretudo nos últimos tempos, tem pensado o processo de ruptura do sistema colonial sob a ótica das contradições internas e ações concretas dos atores políticos do interior das próprias colônias. Nessa esteira, outros autores, como Maria de Lourdes Viana Lira, propuseram o repensar episódios como a vinda da família real para o Brasil, em 1808, a abertura dos portos, a elevação à condição de Reino Unido, em 1815, à luz do reconhecimento dos princípios liberais que marcaram a ilustração portuguesa.

Em novembro de 1807, uma frota saiu de Portugal levando a família real, por conseguinte, a corte portuguesa para o Brasil, em razão da ameaça de invasão das tropas comandadas por Napoleão Bonaparte. Contudo, diferente do que o senso comum costuma tomar por verdade, a essa escolha pelas terras da colônia na América era uma estratégia sustentada numa possibilidade já imaginada.

Ao contrário do que é geralmente informado, tratava-se de uma ideia antiga, que já fora muitas vezes sugerida como meio de preservação da monarquia portuguesa. Desde o século XVI, sempre que se pensou no quanto era pequena e frágil o Reino de Portugal, quando comparado à grandeza e à potencialidade das terras de sua colônia da América, a hipótese de mudança da Corte para o Brasil foi aventada como forma de fortalecimento da monarquia. (LYRA, 2000, p. 10).

Portanto, a transferência da família real para o Brasil não foi uma decisão tomada às pressas como aparentava ser.

No início do século XIX, em meio à grave crise europeia provocada pela guerra napoleônica, essa ideia foi retomada como única saída para a preservação do reino português, diante dos grandes interesses envolvidos na disputa entre França e a

¹ O Sistema colonial foi uma forma de relação entre regiões que envolvia dominação como também submissão entre as partes, resultando em um ligação entre a então metrópole e colônia.

Inglaterra pela hegemonia do poder na Europa. Naquele momento não restava a Portugal outra saída, ou sucumbia ao domínio dos contendores mais fortes, ou transportava a sede da monarquia ao Brasil (LYRA, 2000, p. 11).

Chegada em janeiro de 1808, foram promovidas uma série de mudanças que causariam impacto direto não apenas no Rio de Janeiro, sede da nova corte, mas em todo o território colonial. Podem ser citadas, a fundação da primeira universidade, a instalação da Imprensa Régia, com a publicação do primeiro jornal a (Gazeta do Rio de Janeiro), a Junta do Comércio, a Academia de Belas Artes, a Biblioteca Nacional e várias outras obras públicas.

Sem dúvida, dentre as grandes mudanças promovidas por esta nova configuração política que resultou na transferência da corte portuguesa para o território colonial, a chamada abertura dos portos foi ponto crucial. Como se sabe, na condição de colônia, o Brasil estava preso a uma relação comercial regulada pelo princípio do exclusivismo metropolitano. Com a abertura dos portos, esse limitador que se impunha sobre o comércio deixou de existir. A liberdade de poder negociar, a partir dos portos brasileiros, com outras praças, possibilitou o acesso a um notável percentual dos lucros.

O impulso dado à economia a partir da abertura dos portos tornara mais aparente o caráter obsoleto das instituições coloniais remanescentes que entravavam a livre expansão da economia. Aos olhos da população brasileira o monopólio dos cargos administrativos pelos portugueses parecia cada vez mais odioso. Tudo isso multiplicava os pontos de atrito e aumentava os motivos de insatisfação de um e de outros lados (COSTA, 1999, p. 41).

Todo esse processo veio a abrir portas para o crescimento do comércio brasileiro, despertando o interesse de alguns membros das elites, sobretudo a fluminense, que viram ali oportunidades reais de ganhos e aumento de lucros. Entretanto, se, por um lado, a chegada da família real ao Brasil foi produtiva para o crescimento das províncias do sul, como no caso do Rio de Janeiro, há que se considerar que, por outro lado, uma vez que os navios portugueses e os negociantes ligados aos portos do além-mar perderam a exclusividade de outrora, os prejuízos financeiros se traduziam em descontentamento. É certo que, em certa medida, diante da insatisfação gerada junto aos negociantes portugueses, D. João VI fez uso de alguns recursos para mediar a situação, mas não causaram o impacto desejado.

De pouco valeram aos portugueses as medidas tomadas por D. João VI a fim de garantir-lhes privilégios e contrabalançar os efeitos da abertura dos portos às demais nações. Em vão tentou o príncipe limitar as vantagens concedidas aos ingleses, favorecendo os produtos transportados por barcos portugueses, oferecendo vantagens para a importação de vinhos, azeites e outros artigos fabricados em Portugal ou nas colônias portuguesas. (COSTA. 1999, p. 38 - 39).

Findada as guerras napoleônicas e, num cenário em que o Brasil há pouco fora elevado à condição de “Reino Unido de Portugal e Algarves”, a permanência do rei e da corte no Rio de Janeiro alimentava a insatisfação dos que, em Portugal, reclamavam a condição real em que

se encontram. Não mais colônia, segundo Miriam Dolhnikoff, em termos oficiais, o Brasil passava à “mesma condição política que Portugal” (DOLHNIKOFF, 2017, p. 16). Os desdobramentos que dali resultaram no 24 de agosto de 1820, na cidade do Porto, marcariam profundamente a história do reino.

A chamada Revolução Constitucionalista, encabeçada por grupos militares e comerciantes, respirava ares de um novo tempo. As ideias liberais que varreram a Europa naqueles anos, encontravam voz em Portugal. Lynch descreve o que representavam essas ideias para o mundo luso-brasileiro:

O liberal era geralmente apresentado como aquele que queria tanto “o bem de sua pátria” quanto “a liberdade”; que “ama o monarca, respeita-o, quando é respeitável, amaldiçoa-o quando é indigno e tirano, e prefere a morte a um jugo insuportável”. Já o “liberalismo” ou a “liberalidade de idéias”, por sua vez, era “a justiça mais pura e mais elevada aplicada a nossas ações e, portanto, a fonte de todas as nossas virtudes”. Ao liberalismo era também atribuída a capacidade milagrosa de resolver todos os males que afligiam portugueses dos dois lados do Atlântico (LYNCH, 2007, p. 219).

Reunidas, as cortes exigiam a promulgação de uma Constituição, nos mesmos padrões da Constituição espanhola. Dentre as demandas urgentes, requeria-se a regresso do rei, D. João VI, e de toda a corte para Portugal. À medida que o movimento avançava, “tomaria vulto com a convocação e instalação das cortes gerais extraordinárias e constituintes da nação portuguesa, em Lisboa, e se alastraria com a convocação de eleições para deputados a estas mesmas cortes” (LYRA, 2000, p. 17).

Não tardou para que as notícias alcançassem o Brasil. Nas mais diversas províncias, de norte a sul, a repercussão foi imediata. Em muitas delas, como no caso do Maranhão, as novidades foram recebidas com festa e divisas que marcavam a esperança de novos tempos (ARAÚJO, 2022). De modo geral, como lembrou Emília Viotti da Costa, “comerciantes e fazendeiros, funcionários da Coroa e militares aderiram à revolução pelos mais diversos e contraditórios motivos” (COSTA, 1999, p. 42).

Restringindo a autonomia administrativa, reduzindo a liberdade de comércio e com medidas que, em certa medida, buscavam retomar privilégios que existiam antes da transferência da família real para o Brasil, exigia-se, já dissemos, o retorno do rei, o que se deu, de fato, em abril de 1821. Entretanto, ressalte-se, convém desmistificar a ideia de recolonização. Para tal, nos valem da análise proposta por Lúcia Maria Bastos P. Neves:

[...] ao contrário do que a historiografia costuma sustentar, as Cortes não foram instaladas com o objetivo específico de recolonizar o Brasil, mas sim de preservar e regenerar Portugal, abandonado pela coroa em 1807. Inicialmente, temendo as represálias que D. João VI poderia adotar com a ajuda da Santa Aliança, elas preferiram, inclusive, ignorar a antiga colônia. (NEVES, 1999, p.10).

As decisões tomadas no âmbito das Cortes não foram bem recebidas pelas elites que, vinculadas ao comércio transatlântico, experimentaram os bons ventos do período de livre comércio. Em contrapartida, as províncias mais ao norte, cuja ligação com Portugal sempre fora mais próxima, mantiveram-se leais às decisões daqueles que reunidos em Portugal, segundo elas mesmas, gozavam de legitimidade para conduzir do reino português.

Com o rei já de volta a Portugal, as Cortes decidiram pelo retorno imediato do Príncipe Regente, d. Pedro, que ficara no Rio de Janeiro. A permanência do herdeiro dos Bragança em território brasileiro, era carregada de uma série de significados. Havia muitos interesses em jogo.

O dia 9 de janeiro de 1822, quando o príncipe cedeu aos apelos do senado da câmara do Rio de Janeiro, para que permanecesse no Brasil, à revelia das decisões tomadas pelas Cortes, é um episódio que retrata bem essa pluralidade de ideias e interesses em conflito, mas está longe de ser o único. Somaram-se ainda decisões como o decreto de junho de 1822, que tratava da convocação de uma Assembleia Constituinte para o Brasil, o título de “Defensor Perpétuo” que lhe fora concedido e a proibição do desembarque de tropas tidas por portuguesas em portos situados no Brasil. Reativamente, uma a uma, as decisões de D. Pedro foram alvo das críticas que se fizeram ouvir, tanto do lado de lá do Atlântico quanto naquelas mesmas situadas mais ao norte do Brasil.

Em 7 setembro de 1822, num movimento cuja dimensão foi sendo percebido lentamente pelos que o vivenciariam, o Brasil proclamou sua Independência. Dali à adesão das demais províncias que compunham os domínios portugueses na América, muito ainda estava por se fazer. As guerras pela Independência ainda seriam travadas. O reconhecimento por parte de outras nações e do próprio Portugal ainda demoraria um pouco para acontecer. Não se pode esquecer as ressalvas feitas por Barbato: na “Europa do Congresso de Viena e da Santa Aliança”, predominava o “ambiente da reação conservadora e legitimadora” (BARBATO, 2014, p. 02).

2.1 Ideias Políticas e os Primeiros Anos do Império do Brasil

Os primeiros anos após a Independência do Brasil foram bastante movimentados. Separado de Portugal, seguiam-se os debates acerca da organização política do Brasil. O ato de aclamação do “Imperador Constitucional e Defensor Perpétuo do Brasil”, D. Pedro I, em 12 de outubro de 1822, também foi marcado pela intensa participação dos muitos jornais que, recém

fundados, adentraram no debate político, mostrando ao público as vantagens do governo monárquico constitucional.

Atribuindo a instabilidade dos demais países latino-americanos à forma republicana de governo, as classes dominantes brasileiras adotaram, em 1822, uma monarquia constitucional com a qual esperavam conseguir unidade e estabilidade política. Aterrorizados pelos espectros da Revolução Francesa e da revolta de escravos no Haiti, desconfiavam tanto do absolutismo monárquico quanto dos levantes populares revolucionários e estavam decididos a restringir o poder do imperador e a manter o povo sob controle (COSTA, 1999, p. 132).

Importante lembrar que o processo que culminou na Independência contou com forte apoio de alguns membros das elites, principalmente as do Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo. Entretanto, como já sabido, esse apoio se deu a partir de interesses concretos, em especial a manutenção dos ganhos que a liberdade de comércio, promovida com a abertura dos portos, havia possibilitado. Somava-se a isto, a preservação da estrutura escravista senhorial, bandeira compartilhada pelas elites de maneira mais generalizada. Portanto, a esses grupos que compunham as elites, cabia o desafio de transformar os objetivos em realidade. Se o resultado primeiro de sua atuação fora a separação da colônia com a metrópole, ainda que não tenha sido seu objetivo inicial, a sua motivação agora era a de manter, sob sua influência, o controle da nação.

O Brasil após a Independência virou um Império Liberal e Constitucional, entretanto, os primeiros momentos posteriores à ruptura definitiva com a metrópole provou que as ideias e motivações políticas não são estáticas, elas se transformam à medida que a necessidade de cada grupo também se movimenta. Foi assim que, no Brasil, aqueles grupos políticos que, anteriormente, comungavam entre si noções e ideias políticas, foram se colocando em campos opostos.

Se, de início, houve relativa unanimidade em torno de D. Pedro, como fiador da ordem e da unidade do território, a linguagem que acabou por construir o novo Império do Brasil apresentava ambiguidades: de um lado, aqueles que desejavam maior liberdade e autonomia – o grupo mais liberal, os brasilienses; de outro, o grupo moderado das elites – os chamados coimbrãos. Não se pode afirmar que houve um acordo das elites e que os demais setores da sociedade estavam descartados do processo (NEVES, 2016, p. 72).

Ao longo do primeiro reinado esses grupos políticos vão discutir e se posicionar frente às questões políticas, segundo os objetivos por eles próprios estabelecidos. De pronto, urgia a substituição das instituições coloniais por aquelas que melhor representassem a nova condição adquirida pela nação independente. Ainda segundo Lúcia Bastos,

Nessa perspectiva, a cultura política da Independência implantou, sem dúvida, a linguagem fundamental do liberalismo, capazes de converter a Coroa em Estado, ao extrair a política dos círculos palacianos para situá-la na praça pública; ao organizar a sociedade por meio de uma Constituição; e ao estabelecer uma divisão de poderes que

definia algum espaço, como as eleições, para a participação dos cidadãos, mesmo que restritos a uma elite (NEVES, 2016, p. 79).

Assim, em 3 de maio de 1823, a Assembleia Constituinte do Brasil foi oficialmente aberta. Os membros da Assembleia Constituinte estavam vinculados por laços de família, patronagem relacionadas a certos grupos ligados ao comércio, como também ao tráfico de escravos. Sobre a configuração política dos que compunham a Assembleia, Emília Viotti da Costa destaca:

Entre os que se reuniram na Assembléia Constituinte se encontravam vários sacerdotes, fato nada surpreendente num país em que a Igreja havia tido o monopólio da cultura e o clero sempre desempenhara papel importante na administração. Os outros eram funcionários públicos ou profissionais liberais: advogados, médicos, professores diplomados na Universidade de Coimbra ou em alguma outra instituição européia, uma vez que não existiam universidades no Brasil. Havia também comerciantes e fazendeiros. Mas, qualquer que fosse sua condição social ou profissional, os deputados à Assembléia Constituinte estavam unidos por laços de família, amizade ou patronagem a grupos ligados à agricultura e ao comércio de importação e exportação, ao tráfico de escravos e ao comércio interno. Não é, pois, de espantar que tenham organizado a nação de acordo com os interesses desses grupos (COSTA, 1999, p. 131 - 132).

De modo geral, os diversos atores políticos que protagonizavam o novo cenário das instituições públicas recém implantadas moviam-se dentro dos aromas do Liberalismo. Pelo que se pode observar, foram sendo construídos visões e pensamentos políticos mais ligados a certo ideal de “liberdade” que já se revelavam novidade para a época. Da implementação desse conceito de liberdade, encaminharam-se as discussões em torno da garantia aos direitos dos indivíduos. Conforme Lúcia Bastos Pereira das Neves,

Nesse contexto, o conceito de liberdade tornou-se a essência da vida do homem. Liberdade se ressignificava e ganhava um público mais amplo composto por distintas camadas sociais. Não representava a liberdade total, mas aquela resultante das Luzes do século XVIII, em que não se admitia a liberdade absoluta, pois esta era uma quimera [...] (NEVES, 2019, p. 58).

Todavia, esse conceito de liberdade foi sendo moldado à medida que tomava forma em movimentos políticos ativos na sociedade, formando assim grupos políticos compostos por aqueles que comungavam de princípios comuns. Ainda segundo Lúcia Bastos, símbolo de uma nova perspectiva política, esses princípios liberais e constitucionais, desde 1821, se constituíram “como uma nova cultura política, que criticava os corcundas, defendia o fim do Antigo Regime, os princípios do constitucionalismo monárquico, a garantia das liberdades individuais e a difusão dos princípios da Liberdade (NEVES, 2016, p. 65).

Nesse sentido para além da definição do conceito de “cultura política” apresentado por Carlos Guilherme Motta (2009, p. 21), para quem ela se constituiu por um “conjunto de valores, tradições, práticas e representações políticas partilhadas por determinado grupo humano, que

expressa uma identidade coletiva e fornece leituras comuns do passado, assim como fornece inspiração para projetos políticos direcionados ao futuro”, recorremos a Berstein, de modo a obter uma maior clareza.

Os historiadores entendem por cultura política um grupo de representações, portadoras de normas e valores, que constituem a identidade das grandes famílias políticas e que vão muito além da noção reducionista de partido político. Pode-se concebê-la como uma visão global do mundo e de sua evolução, do lugar que aí ocupa o homem e, também, da própria natureza dos problemas relativos ao poder, visão que é partilhada por um grupo importante da sociedade num dado país e num dado momento de sua história (BERSTEIN, 2009, p. 31).

Portanto, foi na Constituição que o Liberalismo se fez concretizar no Brasil. Segundo a visão dos liberais, somente essa a monarquia constitucional tinha condições de estabelecer uma autoridade capaz de formatar e fazer cumprir as leis. Como lembrou Lynch,

O Brasil conseguiu então aquilo que San Martín e Belgrano haviam inutilmente tentado na Argentina - convencer a maior parte da elite de que, para garantir o advento do governo representativo, a monarquia constitucional era mais segura do que a república como forma de governo. Daí que o conceito de liberalismo no Brasil esteve estreitamente vinculado à compreensão da natureza da monarquia constitucional (LYNCH, 2007, p. 213).

No Brasil, entretanto, os princípios liberais moldavam-se à necessidade da manutenção do sistema de clientela e patronagem, uma vez que não parecia haver, sob a ótica dos que participavam do jogo político, contradição entre aqueles princípios mais gerais e a estrutura escravista sob a qual a nova nação se ergueria. Como lembra Emília Viotti da Costa,

Os adeptos das ideias liberais pertenciam às categorias rurais e sua clientela. As camadas senhoriais empenhadas em conquistar e garantir a liberdade de comércio e a autonomia administrativa e judiciária não estavam, no entanto, dispostas a renunciar ao latifúndio ou à propriedade escrava. A escravidão constituiria o limite do liberalismo no Brasil (COSTA, 1999, p. 30).

Em contrapartida, ressaltamos, ao passo em que se davam os arranjos políticos da fase inicial do Império do Brasil, evidenciavam-se também as divergências entre os mesmos grupos políticos em torno de questões como, a distribuição e organização do poder político. Enquanto o grupo “brasiliense” — fazendo uso das expressões apresentadas por Lúcia Bastos — defendia os direitos da nação, com um evidente poder legislativo; os coimbrãos, ao contrário, entendiam a que a monarquia constitucional deveria ter como assento político, o poder nas mãos do soberano. Ademais, a própria forma como a Assembleia foi proposta, em termos da convocação dos participantes, foi também um elemento a mais destes desencontros entre os grupos políticos.

Não tardou, entretanto, para que os interesses destes grupos políticos que estavam à frente da organização dos limites dos poderes na nova ordem constitucional entrassem em choque com o imperador D. Pedro I, uma vez que, para este, tornavam-se cada vez mais evidentes as tentativas de limitação dos seus poderes. Assim, diante desta oposição, o imperador

tomou providências. Com apoio dos ministros, em 1823, dissolveu a Câmara. Foi um ato de demonstração de força. O imperador decidiu como seria elaborado a nova Constituição. Maria de Lourdes Viana Lyra discorre sobre:

No entanto, o imperador continuava afirmando a sua adesão ao sistema constitucional e convocou imediatamente uma comissão, formada pelos ministros e conselheiros do governo e supervisionada por ele próprio, para elaborar uma nova Carta de Leis. Entre os membros, destacavam-se José Joaquim Carneiro de Campos, Clemente Ferreira França e Manuel Jacinto Nogueira da Gama — todos expoentes da vertente “moderada”. Como estratégia política, ficou decidido que o novo texto constitucional deveria ser submetido à aprovação das Câmaras Municipais de todo o Império. Essa foi a forma encontrada para se atender ao princípio de “soberania do povo” e evitar maiores desgastes com a opinião pública, que começava a se firmar através do debate político travado em torno da discussão constitucional, divulgada pelos órgãos de imprensa (LYRA, 2000, p. 34).

No ano seguinte, em 1824, D. Pedro I outorgou a nova Carta Constitucional que ficaria vigente durante todo o Império do Brasil. Ao passo que ratificava seu poder, afasta-se da imagem de um governo com roupagem absolutista. Todavia, uma vez que a Constituição outorgada o concedia bastante poder ao Imperador, houve reações, como no caso da revolta em Pernambuco. É a mesma historiadora, Maria de Lourdes Viana Lyra, quem nos conta.

O protesto mais veemente e contrário ao texto outorgado partiu da Câmara Municipal de Recife e Olinda, na província de Pernambuco. Convocada para aprovar a jurar a Constituição, a representação da província de Pernambuco denunciou o ato “ilegal” de dissolução da Assembléia Constituinte e reagiu com firmeza ao caráter “iliberal” do texto constitucional, outorgado por ser “contrário à liberdade, Independência e direitos do Brasil”. Por essa razão, seus membros consideravam que o juramento a ela significaria “perjúrio ao juramento cívico”. Na condição de membro do Corpo Literário da cidade, Frei Caneca, que havia participado da Revolução de 1817 e era defensor ferrenho do sistema constitucional em sua forma plena, foi convidado a fazer o pronunciamento sobre “o projeto de constituição que o imperador impunha” (LYRA, 2000, p. 40).

Frei Caneca², ao analisar a ação de D. Pedro que resultou na Constituição, classificou como um golpe contra a liberdade e Independência do Brasil. Denunciava o acúmulo de poder e as consequências que dali resultariam. Alertava a Câmara Municipal de Recife e Olinda sobre o que essa Carta Outorgada significava, de que a justificava a negação ao juramento da Constituição Outorgada pelo Imperador. Ato contínuo, o movimento de resistência ao governo imperial avançou.

Em junho de 1824, a junta de Governo que já havia sido eleita para administrar a província de Pernambuco, sob a presidência de Manuel Carvalho Pais de Andrade, reagiu à decisão do imperador em nomear pessoa de sua confiança, como determinava a Constituição, para governar a província. A representação política local considerou tal ato uma violência contra a autonomia provincial. Pais de Andrade proclamou a eclosão do movimento chamado *Confederação do Equador* e convidou as demais províncias do Brasil a igualmente recusarem obediência ao governo imperial,

² Joaquim da Silva Rabelo, mais conhecido como Frei Caneca foi uma relevante figura na história brasileira, se destacava como um notável religioso e político, que esteve relacionado com a Revolução Pernambucana.

acusando-o de desvirtuar o princípio do sistema monárquico representativo (LYRA, 2000, p. 42).

A convocação feita a outras províncias se espalhou rapidamente. Iniciava-se um movimento de contestação que se estendeu pelas províncias do norte e nordeste do Brasil, Paraíba, Piauí, Pará, Ceará e Rio Grande do Norte. A reação da coroa, ainda que com relativas dificuldades, acabou por vitoriosa.

Marcaria ainda os primeiros anos do nascente Império do Brasil, as negociações pelo reconhecimento da Independência. Apenas em 1825, mediado pela Inglaterra, personagem sempre ativa na relação entre Portugal e Brasil, foi assinado o Tratado de Aliança, em 29 de agosto, que estabeleceu, dentre outras coisas, os termos pelos quais a antiga metrópole reconhecia o Brasil enquanto Estado independente. Mais uma vez, como em outros episódios, a imprensa teve participação ativa nas discussões em torno das negociações pelo reconhecimento da Independência. No Maranhão, ainda em 1825, o *Argos da Lei* e *O Censor*, também trataram do assunto. Entretanto, essa circulação das questões políticas pela esfera pública não se fez sentir apenas na imprensa periódica e regular. Como registrou Maria de Lourdes Viana Lyra, “Folhetos anônimos circulavam nas principais cidades do Brasil denunciando as condições em que fora feito o reconhecimento do império”. Questionava-se, inclusive, em certa medida, o imperador D. Pedro conservara “a qualidade de herdeiro presuntivo da coroa do reino de Portugal” esses fatos “cobriam de vergonha a nação brasileira” (LYRA, 2000, p. 47).

Essa crítica, aliás, nos remete a outra temática de grande impacto nos últimos anos do reinado de D. Pedro, a questão sucessória da coroa portuguesa, que se tornou crítica com a morte de D. João VI, em 1826. Todavia no ano seguinte é possível notar que a oposição ao governo imperial aumentava em proporção ao agravamento da crise econômica, em contrapartida, no final de abril de 1826, na condição de herdeiro legítimo, recaía sobre os ombros do Imperador a desconfiança de planos de reunificação das duas coroas. Os boatos ganhavam força quase que na mesma proporção em que crescia a insatisfação de alguns setores das elites dominantes em relação ao Imperador. Enquanto Pedro IV, o soberano do Brasil renunciou ao trono português em favor de sua filha Maria da Glória, que naquele momento tinha apenas 7 anos. Uma vez oficializada, a renúncia “tinha como condição o juramento dos portugueses à constituição outorgada por D. Pedro e a realização do casamento da princesa com o seu tio D. Miguel” (LYRA, 2000, p. 50 - 51).

Como se sabe, a questão sucessória portuguesa não resolveu ali. Em meio às críticas, o Imperador se via cada vez envolvido naquela demanda. Questões internas ao Império

provocavam crises econômicas que desafiavam a capacidade política do Imperador de conciliar os antagonismos.

A queda da popularidade de D. Pedro I ficou ainda demonstrada quando, em 1830, saiu em viagem por algumas províncias. A recepção festiva dava lugares a tumultos e conflitos entre apoiadores e críticos. Pouco depois, em abril de 1831, se fazendo valer das prerrogativas que a própria Constituição lhe assegurava, abdicou. O poder passaria a seu filho, que no momento tinha somente 5 anos. D. Pedro regressaria a Portugal. Inicia-se a fase da História do Brasil, conhecida como Período Regencial.

Os anos que marcaram o governo de D. Pedro I, mesmo com conflitos de ideias e oposição de pensamentos políticos pertencentes à matriz do liberalismo, registram a manutenção da ordem monárquica constitucional, sem riscos maiores dos temidos regimes despóticos ou democráticos. Predominou um pensamento liberal mais conservador.

Ao se escutar as vozes das personagens que vivenciaram os anos entre 1821 e 1824, pode-se afirmar que o liberalismo se afirmou no mundo luso-brasileiro como um marco legitimador das novidades institucionais que caracterizavam a política moderna. Eram homens que acreditavam lutar por novas ideias, estando sinceramente convencidos que estavam construindo um mundo novo em oposição ao velho absolutismo da tradição portuguesa, ainda que muitas vezes adaptassem suas práticas políticas a valores ainda profundamente conservadores (NEVES, 2019, p. 71).

Portanto, até 1830, ano em que se passa o recorte temporal do jornal *O Brasileiro*, foco da presente pesquisa, que será analisado posteriormente, as ideias que sustentavam a forma monárquica-constitucional se manteve inalterada. Predominou durante todo o Primeiro Reinado a seguinte divisão de poderes: “[...] a Câmara dos Deputados representava o elemento popular; o Senado vitalício, o aristocrático; e a Coroa, o monárquico — e a da separação de poderes, que identificava às duas câmaras ao Poder Legislativo e o Imperador ao Executivo” (LYNCH, 2007, p. 228).

3 A PROVÍNCIA DO MARANHÃO NO FINAL DO PRIMEIRO REINADO: O JORNAL *O BRASILEIRO* (1830) COMO OBJETO DE ESTUDO

3.1 Imprensa e Política no Maranhão Imperial

Os anos que se seguiram 07 de setembro de 1822 foram marcados, sobretudo nas províncias do Norte do Brasil, por uma série de conflitos que resultaram, paulatinamente, na confirmação do projeto independentista capitaneado pelo Rio de Janeiro. Uma vez consolidada,

cabia ao governo imperial administrar um vasto e desconexo território, de modo a implementar medidas que garantissem, sobretudo, a integridade territorial da nova nação.

As chamadas províncias do Norte, já referenciadas em outros momentos, possuíam desde sempre uma relação de proximidade muito maior com Portugal do que qualquer outras partes do território português na América. A própria dinâmica das guerras pela Independência nestas províncias se explica a partir dessa premissa. No caso específico do Maranhão, recorte espacial do nosso estudo, essa inegável facilidade de comunicação com Portugal também se fazia valer nas relações de família e mesmo no intenso e lucrativo comércio marítimo que se praticava entre os portos de ambos os lados do Atlântico. Tanto é assim que, à época dos acontecimentos que circunscreveram à Independência, as notícias envolvendo o Maranhão, chegavam rapidamente à Europa e eram replicadas, via imprensa periódica — sobretudo pelo jornal (*Gazeta de Lisboa*).

Por que o processo no Meio-Norte foi diferente? Várias razões estruturais podem contribuir para explicar esta singularidade. Primeiro é necessário apontar para o fator geopolítico: São Luís, quanto a transporte, ficava mais próxima de Lisboa do que do Rio de Janeiro. Segundo, a formação social específica das capitânicas do Meio-Norte (ASSUNÇÃO, 2005, p. 346).

O episódio de 28 de julho de 1823 marcou oficialmente a adesão do Maranhão ao novo Império. Para tal empreitada, o Imperador contara com os serviços de Lord Cochrane, “um almirante escocês que se distinguiu nas lutas navais das guerras napoleônicas”. Já conhecido pelos sucessos à frente das forças independentistas do Chile e do Peru, fora convidado por D. Pedro I “para organizar a marinha de guerra brasileira e submeter as rebeliões nas províncias de Bahia, Pernambuco, Maranhão e Pará” (MARIZ, 2012, p. 01). De maneira sucinta, Marcelo Cheche Galves narra os acontecimentos:

Em 28 de julho de 1823, uma Câmara Geral reunida em São Luís oficializou a “adesão” da província ao Império brasileiro. Após as formalidades que a ocasião ensejava seguiu-se um espinhoso processo de legitimação do novo centro de autoridade na dinâmica política provincial. A “adesão” – resultado do avanço das tropas oriundas do Ceará e Piauí e do desembarque, em São Luís, liderado pelo almirante Cochrane ante a resistência dos “portugueses” da província – deixou marcas profundas. Da Corte, não tardaram a chegar outras medidas de força, como o reenvio de tropas em 1824, a demissão do presidente da província no final do mesmo ano, e a prisão / julgamento, nos tribunais do Rio de Janeiro, de dezenas de envolvidos nos tumultos que agitaram a cena provincial (GALVES, 2011, p. 105).

Portanto, com quase um ano de atraso em relação ao “grito do Ipiranga”, a adesão do Maranhão marcaria a continuidade de um estado de coisas em que temas vinculados à política interna da província abalavam a ordem e a estabilidade social. Como pano de fundo, em torno da construção da identidade nacional e as disputas em torno de projetos distintos de nação, tantas outras temáticas se viam mergulhadas nas rivalidades entre “brasileiros” e “portugueses”.

Como vimos, tanto na corte quanto em outras províncias do Brasil, essas questões foram amplamente debatidas nos espaços públicos. No Maranhão, muito dessa História pode ser alcançada a partir do estudo dos impressos que circularam na província naqueles anos.

Todavia, quando falamos em impressos no Maranhão, vale lembrar que o Brasil só passou a ter atividades impressas regulares a partir de 1808. As razões para não implementação de uma imprensa periódica na colônia portuguesa já foram evidenciadas por Roni Araújo, para quem “*a análise dos obstáculos encontrados pela imprensa, no Brasil-colonial, é o ponto crucial para uma melhor compreensão da história da imprensa no país*” (ARAÚJO, 2008, p. 24).

Tendo isso em mente, voltamos o olhar para o cenário em que a província terá, em definitivo, uma imprensa instalada em seu território.

Em novembro de 1821, foi instaurada a Tipografia Nacional do Maranhão, o primeiro a surgir no Maranhão. Vinculado aos ventos liberais promovidos pela Revolução Constitucionalista do Porto, passou a imprimir o periódico *O Conciliador*, que desde abril daquele ano vinha circulando de forma manuscrita. Apesar das justificativas que se apresentarão a seguir, de já evidenciamos que a circulação desse periódico estará subordinada à administração provincial. Todavia, há que se considerar que a criação dessa Tipografia Nacional se dava em uma cidade em desenvolvimento, o que reforça a premissa de que a instalação de atividades tipográficas regulares, no Brasil, esteve associada também a fatores econômicos e não apenas políticos.

Em novembro de 1821 era instalada na cidade de São Luís a Tipografia Nacional do Maranhão, primeira experiência do gênero na província. Naqueles dias, o governador Bernardo da Silveira Pinto da Fonseca (1819-1822) enfatizou mais de uma vez os benefícios trazidos pela novidade, própria das “nações cultas”, pronta para servir como veículo de “utilidade pública” (GALVES, 2016, p.127).

Como dissemos, foi a partir de novembro de 1821 que o jornal *O Conciliador* começou a circular de forma impressa. Redigido por dois indivíduos próximos ao governador Bernardo da Silveira Pinto da Fonseca, os “portugueses” José Antônio da Cruz Ferreira Tezo e Antônio Marques da Costa Soares, o jornal circulou regularmente até julho de 1823. Saía duas vezes na semana. Foram, ao todo, 212 edições.

O primeiro número de *O Conciliador* circulou manuscrito, assim como as 33 edições seguintes, até novembro de 1821, momento em que a agora província recebia a primeira tipografia. Tal celeridade em promover a circulação de um jornal revela o poder creditado à liberdade de expressão – curiosamente desconectada, até novembro de 1821, do ato de imprimir –, elemento-chave para que a política ganhasse as ruas naquele momento (GALVES, 2020, p. 04).

A instalação da Tipografia foi enaltecida pelo governador Bernardo da Silveira Pinto da Fonseca, para quem os frutos dessa novidade se fariam sentir por todos os habitantes do Maranhão. Entretanto, nas próprias palavras do governador ficava evidente que mais do que um espaço de comunicação ou demonstração de apreço pela liberdade de escrita e ideias, a imprensa assumiria o fundamental papel de promover a construção de uma opinião pública que fosse favorável a ele ao grupo político que lhe dedicava apoio. Há de se considerar que, àquela altura, Bernardo da Silveira Pinto da Fonseca já colocava em prática uma política de combate a seus opositores que incluía prisão e deportação. Assim, com esse apoio do governador e com as condições que o governo lhe possibilitava, *O Conciliador* cumpriu seu papel.

Com a instalação da tipografia, O Conciliador praticamente monopolizou as atividades de impressão. Já em dezembro de 1821, o presidente da comissão responsável pela tipografia expôs os argumentos que justificavam a decisão de dar um desconto de 25% para a impressão do jornal, afirmando ser esse fundamental não apenas para os objetivos políticos da administração, mas para a publicidade dos ofícios, ordens e mais documentos do expediente do governo (GALVES, 2020, p. 05).

Em diálogo com as análises de Mirian Dolhnikoff (2005), Roni Araújo lembra que, diferentemente do observado em outras províncias, com a Revolução do Porto, Bernardo da Silveira Pinto da Fonseca se fez valer de “um arranjo político”, cuja “articulação foi feita no sentido de garantir a permanência dos que já detinham o controle do governo” (ARAÚJO, 2022, p. 100). Nesse sentido, a Tipografia recém-instalada e o periódico aliado foram, aliados de grande vália.

Já em dezembro de 1821 o governador Pinto da Fonseca era denunciado para as Cortes sobre a sua principal arma para o manuseio da política, que era a Tipografia. Posteriormente as acusações continuavam e acumulavam-se, e conseqüentemente elas seriam voltadas para o periódico *O Conciliador*.

Também no início de 1822, o Conciliador foi acusado de “mercenário do governo e monopolizador da tipografia” (nº 52, 9/1/1822), pelo negociante Honório José Teixeira, um dos patrocinadores da Gazeta da Verdade (cujo redator seria Manoel Rodrigues de Oliveira), projeto abortado, como já visto, pela recusa da Tipografia em imprimir outro periódico (GALVES, 2016, p.135).

Na sequência dos embates políticos internos, chegou ao fim a administração de Pinto da Fonseca. Com isso foi feita a eleição de uma junta de governo que teria como intuito administrar e implementar as novas mudanças sobre os impressos, com isso o acesso às Tipografias foi mais bem organizado e facilitado, resultando nos meses seguintes com a Tipografia imprimindo outro periódico retirando assim a exclusividade sobre os periódicos já citada, como podemos corroborar em Galves:

Posteriormente, com o término da administração de Pinto da Fonseca e a eleição de uma Junta de Governo, o acesso à Tipografia parece ter sido flexibilizado, ao menos

provisoriamente. No mês de março, a Tipografia começou a imprimir a Folha Medicinal, periódico redigido pelo mesmo Manoel Rodrigues de Oliveira, médico, que propunha “remédios para os males da província”, especialmente os políticos (GALVES, 2016, p. 135 - 136).

Ao longo de todo o Primeiro Reinado a imprensa, no Maranhão, se manterá ativa nas disputas políticas, assumindo protagonismo nos embates sobre temáticas cruciais para aqueles novos tempos. Assim como em outras províncias do Brasil, a construção da identidade nacional e as discussões sobre os projetos de nação passaram pelas páginas das publicações periódicas.

Quando avançamos em direção aos anos finais do governo de D. Pedro, é possível ver que aqueles embates continuavam vivo. A nação ainda estava em debate. O jornal *O Brasileiro* também atuou.

3.2 O Maranhão e as ideias políticas no jornal *O Brasileiro*

Objeto de pesquisa do presente estudo, o periódico “O Brasileiro” circulou em duas fases, 1830 e 1832. No ano de 1830, teve 21 edições; já em 1832, apenas 13 números. Com uma média de 4 páginas por edição, trazia no frontispício a seguinte epígrafe: “Os déspotas querem a ignorância; porque só ela pode assegurar-lhes submissos escravos perpetuando a barbaridade³”. O periódico vinha com uma vasta gama de notícias, que tratavam de temas como ocupação dos cargos públicos, política da província, situação e reclamação dos moradores da província, dentre outros. No âmbito desta pesquisa, entretanto, não podemos deixar de reforçar que apenas será analisada a primeira etapa do jornal, portanto, somente o ano de 1830.

A análise do primeiro ano deste periódico (1830), conforme anteriormente definido, toma como ponto de partida a busca por conhecer melhor a figura do redator responsável pelas ideias ali expendidas. Este exercício parte do reconhecimento de que entender o redator que está por trás das publicações é avançar no entendimento do universo social daquele que se encontra numa posição de poder influenciar, difundir ou construir ideias numa dada sociedade, ou mesmo de grupos específicos. Como vemos em Araújo,

Quando nos propomos a identificar os motivos que levam alguém ou um determinado grupo a criar e divulgar notícias em um jornal, fica mais fácil perceber como as notícias veiculadas são expressões da intencionalidade de quem está por trás daquela publicação. Expondo ideias políticas, emitindo opiniões sobre um ou outro tema polêmico, ou simplesmente vendendo mercadorias, o jornalista é um formador de opiniões, tenciona sempre alcançar ecos juntos aos leitores. Entender a imprensa como porta-voz de interesses particulares, como aparelho ideológico (ARAÚJO, 2008, p. 33).

³ Epígrafe essa que está presente nas páginas do *O Brasileiro* durante toda a primeira fase do jornal, após as devidas pesquisas, não foi identificado de qual origem vem essa frase

Tendo essas observações em mente, destacamos a figura de José Antônio de Lemos, o redator responsável pela primeira fase do jornal que, segundo Jorge (2008, p. 116), era conhecido por ter experiência nesse ramo dos impressos:

João da Matta revelou que tinha uma coleção de vinte e um números, datado de 1830, considera que José A. Lemos escreveu para o periódico, por se tratar de uma pessoa competente e com experiência na área. Segundo, ainda, da Mata, pessoas ligadas à família de Lemos falaram dele, com admiração e disseram ser o mesmo capaz para empreitada de tal natureza [...] (JORGE, 2008, p. 116).

Comentários esses que passam uma certa confiança dos mesmos em relação ao Lemos, isso devido a ele ter atuado em “*O Escudo da Verdade*”. Ele também tinha a fama de ter uma escrita admirável e era conhecido como um grande patriota. José Antônio de Lemos esteve à frente do periódico *O Brasileiro* até a edição do dia 04 de setembro de 1830, que marca o fim da primeira etapa.

No dia 08 de fevereiro de 1830, tem início as atividades do jornal, sendo lançada sua primeira edição, num formato de quatro páginas de 22,4 centímetros de altura e 16 cm de largura. Custava 40 réis, o que o tornava um pouco mais barato do que alguns outros jornais que, à época, circulavam na província do Maranhão, como, por exemplo, o jornal *Poraquê*, que em 1829 custava 120 réis e *O Farol Maranhense*, com o preço de 120 réis. Entretanto, se comparado a outras regiões, como o Rio de Janeiro, estava com o preço médio, como se pode ver no exemplo do jornal *O Tribuna do Povo*. Guardando os devidos distanciamentos do cenário tipográfico da Corte, jamais avançado em termos de número de jornais em circulação, a análise de Pandolfi sobre este jornal fluminense permite uma breve noção da possibilidade de acesso do público leitor a esses jornais. Vejamos:

O preço do periódico começou com 40 réis o número atingindo 60 réis no final do Primeiro Reinado. Esses preços, ao que tudo indica, não eram inacessíveis a um público mais amplo, visto que, por exemplo, o aguardente de cana custava 80 réis a garrafa e um sabão inglês, 120 réis a libra (PANDOLFI, 2014, p. 330).

O jornal “O Brasileiro”, vendido na própria Tipografia Constitucional, saía sempre às segundas-feiras, embora, em algumas poucas vezes, em razão de imprevistos, tenha sido obrigado a publicar uma ou outra edição e dias diferentes.

A escolha deste jornal como objeto/fonte de pesquisa se desenvolve dentro de um movimento que tem ganhado cada vez mais força no universo acadêmico. Cabe lembrar que o uso dos impressos como objeto/fonte de pesquisa historiográfica nem sempre esteve presente nos trabalhos acadêmicos. Por muito tempo, quando os pesquisadores tentavam montar a sua base teórica, sobretudo em se tratando de temáticas voltadas para o âmbito do político, tomavam por suporte os documentos ditos oficiais, já que eles passavam um certo sentimento de credibilidade. Entretanto, ao longo do tempo, foi surgindo uma nova percepção sobre as fontes

históricas, sobre os objetos de estudo e, na mesma onda, surgiram também novas diretrizes quanto aos métodos de pesquisa⁴.

Os historiadores partiram então a perceber os jornais com novos olhos, devido ao entendimento que eles se encaixariam como bons veículos na busca por uma recuperação do passado, já que continham registros do cotidiano das regiões que, mesmo fragmentado, serviria como base para o entendimento dos interesses de uma dada população, como também dos redatores e políticos por detrás das publicações desses jornais. Poderiam também compreender, por meio dos periódicos, as paixões e os compromissos que estavam presentes subjetivamente em suas páginas.

A utilização da imprensa como fonte de pesquisa para o ofício do historiador é um fenômeno recente dentro da historiografia. Pode-se dizer que é um reflexo da rebelião historiográfica contra a velha Escola Metódica. A “rebelião” buscou não apenas uma nova interpretação do conhecimento histórico, mas também novas fontes de pesquisa para o historiador. O novo olhar também levou o historiador a uma nova leitura das suas fontes – que deixaram de “falar por si” e se tornaram passíveis de interpretação (OLIVEIRA, 2011, p. 125 - 126).

Portanto, essa menor utilização dos impressos nas pesquisas historiográficas teve impacto nas produções historiográficas, ao longo do tempo. Felizmente, como acabamos de ver em Oliveira, essa situação tem mudado nos últimos anos, afirmação essa que podemos corroborar fazendo uma ligação com Roni Araújo.

Por muitos anos, os jornais participaram da construção da história apenas com um caráter secundário. Não era comum atribuir-lhes uma condição de ao mesmo tempo fonte e objeto de um estudo. O que acontece, com certa frequência, é que ao recurso se atribui uma função meramente secundária, ou seja, apenas para confirmar o que já foi verificado em outra fonte. Ultimamente, entretanto, muitos trabalhos têm surgido com a preocupação ter nos jornais não apenas uma fonte, mas também um objeto de estudo (ARAÚJO, 2008, p. 10).

Nessa nova perspectiva, a História que vê os jornais como objeto/fonte de pesquisa tem permitido avançar no dia a dia das massas, no seu cotidiano comercial e produtivo. Com isso o estudo da História passou a ser entendido e analisado por mais perspectivas, se despreendendo do método anterior, e focando nas amplas áreas que montam uma sociedade, ou seja, não ficando preso a documentos que representavam acontecimentos apenas pela visão dos grupos dominantes.

⁴ Podemos com isso fazer uma indicação de leitura do livro do Peter Burke, sobre escola dos Annales (BURKE, Peter. A escola dos Annales 1929-1989: a Revolução Francesa da historiografia. São Paulo: Editora UNESP, 1991) e também do René Remond sobre os novos estudos em história política, (RÉMOND, René. (org.). Por uma história política. Rio de Janeiro, UFRJ/FGV, 1996) onde podemos encontrar mais a respeito desse surgimento.

Isso faz com que ao se estudar os acontecimentos históricos, o pesquisador veja tanto a visão das elites, como a do coletivo, melhorando a noção e entendimento dos acontecimentos da época. É inegável a importância desses avanços para os estudos sobre a história política.

Nas últimas décadas, inúmeros estudiosos da História Política têm encontrado nas páginas dos jornais um vastíssimo acervo de informações que auxiliam no processo de compreensão da passagem do homem no tempo e nas diversas sociedades. O jornal permite ao pesquisador a possibilidade de estar mais próximo do universo cultural da sociedade em que ele foi escrito. As omissões, os discursos, as opiniões, tudo possui uma relação direta com o tempo e a realidade histórica ao qual ele pertenceu (ARAÚJO, 2008, p. 13).

Podemos compreender com isso como essa fonte histórica tem se implementado nas áreas de pesquisa, pois, ela se apresenta como uma forma bastante eficaz de desvendar o passado. Mesmo com suas barreiras, notamos então que ela pode nos mostrar contextos menos acessíveis.

Entretanto, não devemos deixar de ressaltar os cuidados e lições que um historiador deve ter quando for utilizar-se de tal fonte. Cabe a ele entender todo o processo em torno da publicação do periódico em análise, como também as notícias passadas por ele. Essa compreensão do todo que cerca esse período é que vai fazer com que a pesquisa seja efetiva, já que esse tipo de fonte, assim como as demais, apesar da pretensa imparcialidade, não transmite uma apresentação neutra dos fatos. Estamos falando de pessoas com ideais por trás das publicações, mas isso não faz com que esse tipo de fonte seja inferior as outras, apenas faz com que o pesquisador que almeja trabalhar com ela tenha um desafio a mais para o seu trabalho.

Além desse destaque à importância da utilização das fontes impressas para as pesquisas historiográficas, convém ainda trazer à memória o papel que os jornais tiveram em meio aos acontecimentos que tomaram o Brasil, desde sua instalação, após a chegada da família real, em 1808.

Há que se considerar que, até a chegada da Família Real (1808), as tipografias eram proibidas no Brasil e os que se atreveram a violar as regras foram duramente perseguidos. A Gazeta do Rio de Janeiro, publicação do governo lançada em setembro de 1808, foi o primeiro jornal legalmente impresso em terras brasileiras. Informava acerca dos atos do governo e trazia notícias do exterior, porém cuidadosamente filtradas pelos censores. Nesse contexto, compreende-se o papel fundamental desempenhado pelo Correio Braziliense, que continha amplo noticiário sobre os acontecimentos internacionais, europeus e americanos, e colocava o Brasil em contato com o mundo. [...] (LUCA, 2005, p. 133).

Nesse novo cenário, a liberação da circulação dos impressos no Brasil enquanto colônia foi acompanhada ainda de relativa censura a determinados conteúdos, fazendo com que as notícias que chegavam para a população, fossem limitadas⁵.

⁵ Limitada pois apenas as notícias que eram favoráveis ao governo eram repassadas para os leitores, fazendo assim com que todo o conhecimento passado através dessas notícias fosse filtrado.

Com o passar dos anos, sobretudo nos que circunscreveram à Independência do Brasil, a percepção sobre as vantes do uso político dos impressos foi se tornando mais evidente. A força e influência que eles tinham junto à população se mostrou uma ótima arma para os governos, por isso, durante o Primeiro Reinado, essa influência foi ficando mais aparente, a sua utilização nas lutas políticas tanto da Independência como posteriormente, evidenciou às elites provinciais que elas precisariam encontrar meios de usar isso ao seu favor, sobretudo após a Revolução do Porto, que teve lugar em Portugal, no ano de 1820. Como já explicamos no capítulo anterior, as cortes portuguesas faziam pressão para que D. João VI regressasse à Europa.

No mundo luso-brasileiro, foi no contexto da revolução liberal, iniciada no Porto em 1820 e propagada no Brasil em 1821, que se passou a conhecer a nova linguagem constitucional. Eram os primeiros abalos no edifício do Antigo Regime, inaugurando-se novas propostas relacionadas ao sistema constitucional e liberal, que possibilitassem um outro relacionamento do indivíduo e da sociedade com o poder da Coroa. Como consequência, propiciou um intenso debate, que adquiriu uma inédita divulgação de escritos, sob a forma de panfletos e jornais. Estes faziam chegar notícias a uma plateia mais ampla, trazendo à tona acontecimentos diários que passavam do domínio privado ao público, fazendo os fatos políticos adquirirem a condição de novidades (NEVES, 2019, p. 58).

Como podemos ver, o uso dos impressos e panfletos para a divulgação dos interesses da coroa, evidenciou, não apenas ao governo, mas à própria esfera pública, o poder que a imprensa tinha. Semelhantemente, embora em momento ligeiramente posterior, o grupo brasiliense, em meio a pressão da corte sobre o Brasil, durante os embates que aconteceram entre o Brasil e Portugal, fez uso da imprensa para mostrar o apoio da população às suas ideias.

O documento foi elaborado por alguns membros do grupo brasiliense. Forjando um cunho popular, esses indivíduos convidavam o público, por meio de um anúncio estampado no Correio do Rio de Janeiro, a comparecer à loja da Gazeta ou à Tipografia de Silva Porto, para “ver, ler e assinar a representação a ser enviada a Sua Alteza Real” (n o 33, 18/05/1822). No documento original constam 2.982 assinaturas, embora, segundo o mesmo jornal, seis mil pessoas tenham assinado. De qualquer modo, legitimava-se a representação por meio de uma demonstração da vontade popular (NEVES, 2016, p. 69).

Como se pode ver, novamente os grupos políticos tentam transformar a sua visão na “voz do povo”. Trazer tal acontecimento para a opinião pública era uma jogada para demonstrar a transformação de uma noção individual em uma construção de ideia pública.

Em síntese, os parágrafos acima apontam os caminhos pelos quais direcionamos o andamento da análise desta primeira fase do periódico *O Brasileiro*. Em sequência, uma vez que já referenciamos a pessoa do seu redator, vamos adentrar às páginas do seu jornal e, para tanto, o ponto de partida é sua primeira edição, vinda à luz, como já dito anteriormente, em 08 de fevereiro de 1830, na qual, de imediato, apresentou uma breve explicação das suas intenções e responsabilidades:

Começarei dizendo duas palavras sobre a redação que empreendo, ainda que o público, já escaldo por tantas promessas e juramentos de redatores pouco me acredite. Primeiramente declaro que respeitarei sempre a vida privada dos meus concidadãos: tenho para mim, que tal assunto só deve ocupar a pena de homens que não tem um coração sensível e bem formado. O coração do verdadeiro liberal é mais nobre. As investidas e recriminações, só servem para fomentar rivalidades impolíticas e para dar mostras de atraso na civilização (O BRASILEIRO, n. 01, 1830).

Ao apresentar-se como liberal e definir os parâmetros que deveriam diferenciar os verdadeiros liberais ante os demais, Lemos se posiciona como um defensor da Constituição e, conseqüentemente, um crítico ao absolutismo que, denunciava, tinha nos “corcundas” o desejo de seu regresso, “corcundas” esses que vemos que é como ele se refere aos Portugueses.

Foi ainda na primeira edição que se propôs a apresentar sua impressão sobre os outros periódicos que circulavam na província, com ressalvas de que o faria dentro de uma crítica e imparcial:

Não podendo ser indiferente as doutrinas públicas, que presentemente girão na nossa província nos periódicos, direi para o seguinte número alguma coisa sobre todos os nossos jornais, prevenindo aos Snrs. Redatores, que me não induz a isso o espirito de partido: perdoem-me, se dizendo (no meu pensar) algumas verdades, os ofender (O BRASILEIRO, n. 01, 1830).

De fato, cumprindo a promessa do número anterior, já na segunda edição, o redator do *Brasileiro* passa a comentar sobre os periódicos existentes à época. Sete são os jornais em circulação. Destes, como se pôde observar, seis são voltados para matérias políticas, enquanto apenas um estava ligado ao comércio, que era o *Almanak Mercantil*. Ao redator interessa o grupo dos que versavam sobre política. É sobre eles que se debruça, sendo o primeiro deles “A Estrela do Norte do Brasil”. Tendo em vista que o próprio José Antônio de Lemos já tinha deixado menções sobre o seu posicionamento a favor da constituição e defendendo o Imperador, esse comentário sobre o “*Estrela do Norte*” é algo que podemos relacionar como prova de seu posicionamento:

A Estrela do Norte do Brasil, Periódico dos insultos, filho primogênito do antigo Conciliador: a voz popular propagou, que foi criado unicamente para investigar os que eram adeptos a constituição do Brasil, e a sua redação o tem provado exuberantemente: as suas doutrinas são parceiras das do analista, Gazeta do Brasil, Amigo do Povo, Cruzeiro; e o que a de melhor, é copiado do Padre Amaro; Os seus artigos originaes, dizem que são fabricados por pessoas de alto entorno, e de alguma instrução; mas o seu estilo dispõe muito em contrário desta opinião; o homem instruído pode ter os sentimentos da Estrela; mas não escrever mal as suas sátiras, se é que descomposturas podem ter esse nome! O seu fim (segundo o meu pensar) é inimizar os cidadãos, desmoralizar a imprensa do governo paternal de EL-REY nosso senhor! Da utilidade de um tal periódico o público decidirá (O BRASILEIRO, n. 02, 1830).

Em se tratando do *Poraqué*, identificou visão semelhante à *Estrela do Norte*, mesmo que, apresentando menos contradições:

O Poraqué: Periódico mal escrito, menos insultante do que a Estrela, se bem que não menos perigoso. Fala descaradamente nas delicias do governo absoluto: ocupa-se a mais das vezes com ninharias; pelo que, é desprezado do próprio partido que defende, e a quem injuria nos momentos do seu desespero, taxando-o de pouco corajoso, e de egoísta só porque faz justiça aos seus talentos. Dizem que acaba; será o que Deus quiser (O BRASILEIRO, n. 02, 1830).

Em seguida, dedica-se ao *Censor*: O comentário para esse periódico ficou voltado para o seu redator e para a sua ética de escrita, que segundo José Antônio de Lemos é ultrapassada.

Censor: Jornal escrito por um velho da empera antiga: dizem que segue as doutrinas que lhe ensinarão os seus antepassados, sobre o paternal governo absoluto: porém eu como nunca pude entender, o que ele escreve (tão cheio de episódios é o sem folheto: tão crespo o seu estilo!) nada acrescentarei a opinião pública (O BRASILEIRO, n. 02, 1830).⁶

Passemos agora para o jornal *Cigarra*. Este, em virtude de possuir o mesmo direcionamento político do *Brasileiro*, o ser Liberal, não recebeu grandes críticas. Entretanto, foi acusado de estar sofrendo influência do *Estrela do Norte*, ao se desviar do direcionamento liberal:

Cigarra; Jornal escrito em sentido liberal: tem seguido um caminho diverso do que lhe cumpria trilhar: tem insultado, e de quase nenhum proveito a sido a causa da liberdade, que requer outro estilo, e outros assuntos. O seu redator principiou bem; mas incitado pela Estrela se tem desviado, e excedido, de sorte, que lhe não encontro desculpa, que o prive da censura de um homem imparcial, e sensato (O BRASILEIRO, n. 02, 1830).

No que tange ao “Farol Maranhense”, o redator de *O Brasileiro* se permite elogiar o periódico. Para tanto, apontava como razões para seu êxito trabalho, seu histórico de boa escrita e direcionamento liberal:

O Farol Maranhense, o mais antigo deles todos. É um periódico bem redigido: tem se excedido algumas vezes; mas a bastante tempo que conserva a dignidade de escritor: é liberal: é discípulo dos mais livres periódicos do Brasil: é de muita utilidade tem sido à província do Maranhão (O BRASILEIRO, n. 02, 1830).

Por fim, em relação ao Último da lista, o próprio *O Brasileiro*, o redator deixa à disposição dos outros redatores escrevem o que lhes parecer melhor aos olhos.

Portanto, é notável como o direcionamento político como também as temáticas dos periódicos podem levar as intrigas entre os mesmos, pois, algum periódico pode não concordar com as afirmações do outro.

Mas não foi apenas aos periódicos do Maranhão que *O Brasileiro* direcionou suas ponderações. Como era característico da forma de se fazer imprensa no início do século XIX, trouxe a seu crivo, publicações impressas de outras províncias, como o fez na edição de número 06, acerca do comentário do redator do, *O Observador*, da província de São Paulo, quando este

⁶ Jornal O Censor que teve o seu início em 1825, e mesmo com algumas controvérsias como podemos ver no comentário do redator de O Brasileiro, tinha o seu direcionamento político voltado para o conceito liberal.

tratou sobre a temática dos títulos de nobreza. Logo no início da edição, cita “*O observador de S. Paulo, na sua phrase dura e franca, trata os nossos titulares com bem pouca cortesia, porém ao menos diz-lhes verdades, cujo conhecimento pode ser útil a muitas pessoas. Depois de mostrar que hum titulo no Brasil não dá nobreza, honra, nem direitos*” (O BRASILEIRO, n. 06, 1830). Inicia-se ali a discussão sobre a utilidade, vantagens e desvantagens dos títulos de nobreza no Brasil.

O redator Jose Antônio de Lemos vai nos apresentar o argumento que “O Observador” trazia em suas páginas, mencionando que o governo devia impor novas leis, já que as leis antigas eram de ordem portuguesa, portanto, ordens estrangeiras, defendendo que não se pode admirá-las, pois, são ordens de quem conspirava contra o Brasil e sua Independência. A este respeito, Jose Antônio de Lemos apresentava algumas discordâncias. Dizia, “*O Observador não tem toda a razão: os títulos exercem uma grande preponderância sobre o homem e em todo o que o cerca*” (O BRASILEIRO, n. 06, 1830). Citação notável em relação ao posicionamento do *O Brasileiro*, tendo em vista que durante o final do Primeiro Reinado, os títulos de nobreza estavam bastantes requisitados, por essa razão, vemos a discussão acerca de sua relevância na província.

Parte importante do que chamo de base informativa do jornal foram os relatos que, através de cartas dos moradores da província, eram enviados para a publicação nas páginas de *O Brasileiro*. Já na edição de número 07 vamos encontrar um assunto interessante. Logo no início da edição, o periódico destaca o que ser parece apenas um relato de um acontecimento de um cidadão, que se apresenta como constante leitor do jornal, que ficou indignado com a espera para ver o tesoureiro da região, denunciando a falta de funcionários públicos na mesma. A sequência da discussão revela questões importantes para pensarmos a sociedade maranhense do final do Primeiro Reinado.

Ato contínuo à denúncia feita pelo leitor do periódico, o redator ao ponderar a necessidade da pronta resolução do problema, aproveita para apresentar as sanções cabíveis aos funcionários públicos que se colocassem naquelas mesmas condições das denúncias. Fazendo menção à Constituição, enquanto garantidora da voz dos oprimidos, reconhecia nos cidadãos o poder de chamar à atenção e cobrar destes funcionários “pouco zelosos” o bom cumprimento das suas funções. Entretanto, como já sinalizamos acima, por trás destas críticas aos funcionários públicos, escondia-se uma questão importantíssima e já conhecida dos estudos históricos sobre as questões políticas e sociais do Maranhão no Primeiro Reinado: muitos destes funcionários eram tidos como “portugueses”. A questão dos empregos públicos e o sentimento antilusitano ainda estava presente.

Nesse sentido, não se pode perder de vista que o próprio título do periódico *O Brasileiro* é indicativo de um período da ainda construção e definição da identidade nacional. De modo explícito, o redator informou ao público leitor que suas edições eram voltadas para os “verdadeiros brasileiros”. Era assim que o jornal os chamava. Na edição de número 13, Jose Antônio de Lemos recorre à Constituição:

São cidadãos brasileiros... Depois. 6. Todos os nascidos em Portugal, e suas possessões, que sendo já residentes do Brasil na época em que se proclamou a Independência nas províncias, onde habitavam aderirão a esta expressa, ou tacitamente pela continuação da sua residência. O que se deve pois concluir deste artigo que não admite interpretação alguma? Que aqueles portugueses vindos para o Brasil depois da proclamação da Independência, além de não serem cidadãos brasileiros, não devem gozar das prerrogativas que gozão aquele que ao tratamento assistirão e anuirão (O BRASILEIRO, n. 13, 1830).

Portanto, além da afirmação de quem são os “verdadeiros Brasileiros”, também temos aqui a revelação de para quem está sendo direcionado como público de demanda. Com isso podemos ver que tanto o jornal quanto o seu público, tendem a construir uma imagem de quem são os brasileiros em contraposição aos que estariam a “prejudicar a província” que, segundo o próprio jornal, seriam os “corcundas”, uma vez que, em quase todas as edições, é possível identificar, sobretudo por intermédio das cartas enviadas pelos leitores, a existência de boatos que mencionam os “corcundas” envolvidos em algum mal feito, como, por exemplo, o descaso no exercício dos seus deveres enquanto empregados públicos. O jornal já havia demonstrado sua desconfiança em relação a este grupo ainda na sua primeira edição, dia 08 de fevereiro de 1830, na qual apresentou os corcundas como mentirosos que tentaram enganar os brasileiros: “*em fim Brasileiros: cuidado! Não há que confiar, ainda por alguns anos*”.

A historiografia mais recente tem mostrado como a questão da identidade nacional brasileira precisa ser pensada à luz de um processo que remonta ao próprio contexto da separação com a metrópole⁷. Não se pode perder de vista que a identidade nacional precisava ser estruturada de uma maneira que se interligasse a nova imagem que o recente Império independente do Brasil estaria criando.

A criação de um sentimento de nacionalidade de um povo ante uma dada região, vem de vários elementos que vão se moldando, até uma posição em que se encaixe um certo sentimento de pertencimento a essa região. No Brasil, a atitude que viria a ser adotada e que resultaria na criação de uma nacionalidade, vinha da necessidade de desligamento da anteriormente colônia com a antiga metrópole. Tendo em vista todos os embates citados nos capítulos anteriores, o recente império precisava de um novo rosto para a imagem que estava

⁷ Historiografia sobre o tema em questão que podemos encontrar mais a respeito nas obras de alguns historiadores como, Gladys Sabino Ribeiro, Marcelo Cheche Galves e Roni César Andrade de Araújo.

em construção, um que mostrasse o efetivo distanciamento que a nova nação teria de Portugal. Com isso, a posição que o Império brasileiro tomaria, mostrava que as tentativas de legitimação da nova ideia de nação, levaria o império em um percurso de três estratégias discursivas. Como podemos ver no texto de Rowland:

A primeira definia a identidade do Brasil por oposição à antiga metrópole, procurando encontrar na oposição a Portugal uma explicação e justificação da Independência; a segunda, inversamente, definia-a em termos da singularidade do novo país, que se exprimia na sua natureza tropical e paisagem luxuriante e na cultura e tradições das populações indígenas; a terceira, por fim, procurava definir para a nova nação um projeto ou missão que consistiria, através da combinação de elementos europeus e americanos, na edificação e afirmação, através do Estado e da coroa, de uma civilização europeia nos trópicos (ROWLAND, 2003, p. 366 - 367).

O Império brasileiro tinha um longo caminho pela frente. Como vimos no capítulo anterior, Portugal mantinha com a sua antiga colônia uma relação que limitava o acesso à circulação e distribuição de conhecimento. De acordo com Lynch,

[...] até 1808, a legislação colonial portuguesa impediu a introdução de tipografias em território brasileiro. Não havendo jornais em circulação ou livros impressos, os leitores se contentavam com a literatura produzida na Europa e que atravessava o Atlântico legalmente ou por via clandestina. A segunda circunstância é que, ao contrário da Espanha, Portugal evitou criar nos territórios ultramarinos centros de difusão de cultura superior, como universidades ou faculdades. O saber disponível ao público ficava assim restrito às bibliotecas dos conventos e às poucas escolas primárias e secundárias mantidas por religiosos. Os filhos da elite eram obrigados a se deslocar até Portugal, onde faziam seus estudos superiores na Universidade de Coimbra e adquiriam os valores estatais metropolitanos. Grande número deles se integrava à administração do Império. Por tudo isso, até às vésperas da Independência, não havia consciência de uma identidade brasileira própria: os habitantes brancos e livres do Brasil se entendiam como os portugueses da América. Até pelo menos 1820, portanto, não havia assim esfera pública especificamente brasileira. [...] (LYNCH, 2007, p. 213).

Face a este cenário, o governo de D. Pedro I tinha como desafio, em seus primeiros anos, construir essa identidade nacional, a partir do distanciamento com a antiga metrópole. Contudo, neste exercício, emergia, na base das relações sociais, vários conflitos entre os “portugueses” e os, então considerados, “brasileiros”. Intrigas essas que vinham desde antes da Independência e que, ao longo de todo o Primeiro Reinado, foi ganhando novos contornos.

A emergência da nação, e a formação e afirmação de sentimentos de nacionalidade, decorreriam, nessa perspectiva, das contradições do sistema colonial, e os conflitos entre “brasileiros” e “portugueses” que precederam e se seguiram à Independência formal seriam, conseqüentemente, expressão de um confronto de nacionalidades inerente às relações entre metrópole e colônia e exacerbado pela política recolonizadora das cortes (ROWLAND, 2003, p. 368).

A ideia dessa construção, mesmo com todas as suas controvérsias, tinha que promover, antes de tudo, a união e identificação dos povos, visando garantir a unidade das províncias diante da nação brasileira, ou seja, não bastava somente seu afastamento em relação a Portugal. Tendo em vista que esse momento era permeado de diversas disputas políticas, importante

ressaltar que, não obstante a existência do artigo 6 da Constituição, já anteriormente citado, a definição da identidade, enquanto “brasileiro” e “português”, no Primeiro Reinado, ainda estava se construindo. Pois, foi no decorrer das desavenças entre os ditos “brasileiros” e os “portugueses” que ele foi se moldando.

Ao continuarmos as leituras do periódico vemos que o redator do *O Brasileiro* vai defender a sua província dos que, de acordo com as notícias, estão a espalhar boatos e intrigas, que podemos encontrar no início da edição de número 10, onde temos um decreto acerca de tais boatos.

Constando, por officio do Presidente da Província do Ceara, que alguns individuos esquecidos do seu solene juramento ao Governo Constitucional, que felizmente rege o império, e que Eu muito desejo Manter, atentavam contra a sua existência, a fim de proclamarem ali o Governo Absoluto, e exigindo a segurança do estado que em tais circumstancias, atenta a distância, em que se acha a referida província, se adotem prontas, e enérgicas medidas, não só para exturpar, e punir na sua origem, tão horroroso crime, como para fazer cessar o progresso de seus terríveis efeitos (O BRASILEIRO, n. 10, 1830).

Diante disso. Vemos que os culpados por tais boatos são os que em algumas edições são chamados de “Corcovados” e “corcundas”. Ainda na edição de número 10, do dia 19 de abril de 1830, o redator diz que “*existem Verdadeiros Brasileiros, muitos deles para rebater essa rebelião*”, e acusa os Corcundas de terem espalhado esses boatos sobre uma possível rebelião absolutista. Rumores esses, que eram sobre uma possível rebelião onde ele cita que os “*inimigos das nossas liberdades queiram aqui proclamar o sistema absoluto*” (O BRASILEIRO, n. 10, 1830).

Portanto, para relacionarmos com os embates entre os constitucionais contra os absolutistas, e como era visto tais os absolutistas na província, vemos o redator José Antônio de Lemos na tentativa de acalmar os cidadãos. Na sua fala, diminuía a capacidade dos inimigos alcançarem sucesso nos seus intentos: “*Concluo finalmente dizendo aos constitucionais que nada de susto; e aos Absolutistas que tremam de nós*” (O BRASILEIRO, n. 10, 1830).

De volta às denúncias feitas por meio da interação com o público leitor, a edição n. 15, se inicia de modo peculiar, em que o redator manda uma lembrança aos fiscais da freguesia, que eles leiam as “Posturas” da câmara municipal, que fizeram algumas mudanças nas normas, por causa de algumas pessoas que acumulam lixo na frente de suas casas, fazendo assim com que a vizinhança fique com mau cheiro. Mais à frente ele vai explicar como que foram tomadas essas medidas, e termina dizendo que não quer que seja necessário que ele faça novamente esse lembrete.

Lembrete esse que vamos encontrar novamente sendo efetuado, entretanto, dessa vez com relação a uma nova queixa da população sobre a região, que é o caso encontrado no início

da edição número 19, que se inicia com uma carta de um dos leitores do periódico, que vem expor os problemas na cidade, que no exemplo da carta é a iluminação pública. A pessoa que escreveu a carta, relatou que a cidade iluminada com lampiões é realmente muito bonita, entretanto, apenas algumas ruas tinham a devida iluminação, então ele vem através da carta, pedir para que as autoridades responsáveis por isso arrumem a obra inacabada.

A iluminação das cidades por meio de lampiões é tão linda como útil: porque esclarecendo as ruas as tornam agradáveis e cômodas aos habitantes que as transitam, e faz com que os facinorosos e impudicos deixem de perpetrar seus malvados e sórdidos projetos, temendo a vulgaridade deles. Logo que a cidade do Maranhão participou desta obra de civilização, percebemos desenvolver-se a satisfação pública, a qual unimos a nossa: com tudo não a consideramos tão brilhante como seria se tivesse completa. Vemos que o público repara com magoa ainda existir na escuridão das noites muitas ruas principais de entre as quais se distinguem as ruas de S. Pantalão, dos Remedios, parte das da Paz, e dos Afogados, nas quais existem muitos edifícios nobres aonde se poderão colocar candelários (O BRASILEIRO, n. 19, 1830).

Nas páginas seguintes o redator vai dar a sua opinião sobre o assunto. Lembra aos “Senhores fiscais, particularmente da freguesia de N. S. da Conceição”, de que já citou os problemas que tinham na cidade, como o lixo nas ruas já citado nas edições anteriores. Vai finalizar a edição falando que essa situação não vai mudar enquanto os responsáveis pela câmara não botarem a lei em prática. Sobre essas figuras políticas, é possível ver inúmeras referências a seus nomes nas páginas do *O Brasileiro*.

Outra questão interessante ficou por conta da edição de número 04, que cita o Sr. Juiz de Paz da Freguesia de N. S. da Conceição. Uma carta enviada por “constante leitor”, que se nomeou “O amigo da razão”, apresentava a queixa quanto àquele juiz, visto que os cidadãos da freguesia não o teriam elegido para que ficasse descansando em seu sítio. Sobre seu ofício, reclamava:

Prometo V. M. não ser indiferente as faltas dos empregados públicos: falou no N. 3 a respeito do conselho geral de província, e da Câmara Municipal: porque motivo devia esquecer-se do Sr. Juiz de Paz da Freguezia de N. S. da Conceição? Os cidadãos desta Freguezia Quando o elegerão não foi para passarem pelo desgosto de o verem estare no seu sitio talvez divertindo-se e de vez em quando dando a sua vista de olhos nesta cidade bem nedio e rosado. Parece que o Sr. Juiz só por motivo de moléstia e que fica dispensado, e não quando quiser fazer plantações no seu sitio: isto assim causa grande prejuízo, muito mais por vermos, que ele sabe exercer o seu cargo. (O BRASILEIRO, n. 04, 1830).

Interessante observar que, sobre essa demanda, o redator parece não querer tomar partido. Assim, ao passo que publica a carta, abre espaço para réplica não apenas do Juiz de Paz, mas também do Juiz Suplente:

Ignoramos totalmente os factos mencionados na sua correspondência por isso deles não tratamos quando com razão, falamos no Conselho Geral de Província, e Câmara Municipal. Sr Juiz Suplente: a não estar V. M. iludido certamente que tem havido erro em qualquer deles, e em todo caso devem emendar-se entrando nos seus deveres pela observância da lei. Se porem os Srs. Juizes acharem injustamente acusados, nós de

bom grado oferecemos a nossa folha, para as suas defesas, devendo entrega-las na Typografia ao Sr. Ricardo Antonio Rodrigues de Araujo que está incumbido de aceitar qualquer correspondência, vindo elas com as formalidades necessárias (O BRASILEIRO, n. 04, 1830).

Na 13ª edição do dia 10 de julho, a discussão volta a ser debatida no jornal. Ali, revela-se que também por trás daquela denúncia estava aquela que era uma das questões-chave do debate político no Brasil pós-Independência e sobre a qual já pontuamos neste mesmo capítulo: o acesso dos ditos “portugueses” aos empregos públicos. O redator, afirmando dar continuidade à discussão da edição n. 10, retoma o seu foco para o Sr. Antônio Gomes Claro, Juiz de Paz Suplente da Freguesia de N. S. da Conceição, e denúncia que o mesmo havia nomeado para Oficial de Quarteirão n.º. 30, da dita freguesia, o Sr. Francisco Antão Martins, em condições afrontosas à lei e aos cidadãos. A razão para tal insatisfação, fica explícita na sua escrita:

Tenho toda a certeza que o Sr. Antonio Gomes Claro Juiz de Paz Suplente da Freguezia de N. S. da Conceição, nomeou para oficial de Quarteirão N.º. 30, (ou outro) da dita freguesia ao Sr. Francisco Antão Martins **que veio de Portugal para esta Cidade depois de proclamado a Independência do Brasil e sua CONSTITUIÇÃO**; procedimento este na realidade, ofensivo não só a Lei Fundamental do Império, como aos cidadãos Brasileiros daquele quarteirão [...] (O BRASILEIRO, n. 13, 1830). (Grifo nosso).

Para o redator, os cidadãos tinham todo o direito de se mostrarem insatisfeitos diante daquela situação. Como o juiz poderia um nomear um cidadão estrangeira para um ofício, em detrimento de tantos brasileiros que ali residiam? E mais, havia ainda o risco da legitimidade da então autoridade instituída ser questionada. Vejamos:

[...] e quem me negará que até hão de ter sua dúvida em obedecer a um estrangeiro incumbido de um cargo que lhe não pertence? Eu nunca aconselharei que o tal estrangeiro assim empregado seja desobedecido quando, em consequência da lei, ordenar algum objeto a bem do sossego público, ou das nossas instituições, porque é do dever do bom cidadão obedecer; [...] (O BRASILEIRO, n. 13, 1830).

Como se pode ver, os conflitos envolvendo “portugueses” e “brasileiros” não ficaram limitados ao tempo das guerras pela Independência. No Maranhão, como observou Roni Araújo (2018), esteve como pano de fundo para uma série de conflitos outros que tinham na sua raiz interesses pelo acesso ou manutenção dos espaços de poder. Aqui, no final do Primeiro Reinado, as páginas do *O Brasileiro*, em 1830, apontam a continuidade do cenário. Vale lembrar que no ano seguinte, em 1831, a mesma província vai ser outra vez abalada pelo movimento conhecido como Setembrada, que trará entre as suas principais bandeiras não apenas o pedido de demissão em massa dos “portugueses” dos cargos e ofícios públicos, mas também a expulsão dos mesmos⁸.

⁸ Sobre a Setembrada, conferir o verbete “Setembrada”, de autoria de Marcelo Cheche Galves e Roni Araújo, Dicionário da Independência do Brasil (GALVES; ARAÚJO, 2022).

Ainda sobre a gênese a extensão destes embates ao longo do Primeiro Reinado, Maria de Lourdes Lyra afirma:

O antagonismo entre brasileiros e portugueses vinha crescendo por motivos diversos. A prática colonial – submetendo a produção do Brasil aos interesses da metrópole, atrelando o comércio ao monopólio da coroa, reservando os pontos mais altos da atividade administrativa e militar aos nascidos em Portugal – deixara sequelas profundas nas relações entre lusos e brasílicos. A obrigatoriedade da preferência pelos portugueses – que chegaram em levas, após 1808, fugindo da miséria provocada pela guerra na Europa – no preenchimento dos cargos públicos ampliou o ressentimento dos nascidos no Brasil, apesar do quadro político favorável à formação de um sentimento de identidade comum, a partir da criação do reino unido. O rompimento da unidade luso-brasileira, em 1822, concorrendo para o agravamento dos conflitos cada vez mais frequentes no cotidiano das grandes cidades do Brasil (LYRA, 2000, p. 32 - 33).

Com isso podemos entender que os fatores que estão por detrás desses embates são bem variados. Vale ressaltar, mais uma vez, que essa divisão entre “brasileiros” e “portugueses”, na conjuntura da política oitocentista, se alimentava na necessidade da ruptura com o passado português. Era preciso definir com clareza quem eram os “brasileiros”. A legislação do Império definiu:

Como já foi referido, “portugueses” eram num primeiro momento aqueles que, tendo ou não nascido em Portugal, se opuseram à solução política consubstanciada na figura de D. Pedro I. Seriam poucos, pelo menos na corte e no Sudeste: alguns elementos da tropa portuguesa, alguns burocratas e comerciantes. “Brasileiros”, conseqüentemente, seriam todos aqueles, nascidos no Brasil ou não, cujos interesses exigiam uma plena inserção nas novas instituições nacionais. Seriam, também, todos aqueles, homens livres brancos ou pardos, que apesar de não possuírem interesses patrimoniais que o exigissem, se identificavam com a causa da Independência e com a oposição aos “portugueses” (ROWLAND, 2003. p. 372).

Entretanto, mais do que retórica, a identidade se construía no dia a dia. No Maranhão, devido ao seu histórico de ligação com os portugueses, como já mencionamos, com a Independência, a “questão dos portugueses” fomentou demissões, saques, arrombamentos e deportações, especialmente durante a administração de Miguel Bruce (GALVES; ARAÚJO, 2015, p. 81). Marcelo Cheche Galves complementa:

Com a Independência, em 28 de julho de 1823, e as mudanças suscitadas na ordem política provincial, figuras ligadas à Tipografia receberam a perigosa alcunha de serem “portugueses”: Costa Soares foi expulso do Maranhão, sob a acusação de ser um “português nocivo à província”: já o desembargador Jozé Leandro da Silva Sousa teve sua casa apedrejada e as portas, arrombadas, o que o obrigou a se refugiar em lugar seguro, fora de São Luís (GALVES, 2016, p. 137).

Portanto, é compreendido que as áreas de posições de cargos ocupados pelos portugueses foram sendo desocupadas devido à oposição que a população teria com tais indivíduos, com isso, várias manobras foram efetuadas para concluir tal despejo de cargos. Com destaque na área das Tipografias como foi mencionado, já que a posição nessa área infligia

bastante poder, devido ao fator de elaboração das formas de transmissão das notícias nos impressos.

Notamos então que os movimentos que aconteceram efervesceram os anos seguintes da Independência. No caso da província do Maranhão, devido a sua “adesão” notavelmente posterior as outras províncias, como já foi explicado, ficou em uma posição relativamente diferente das outras províncias do império brasileiro, entretanto, foi após a sua “adesão” que a situação dos conflitos começou a ficar mais evidente.

Chegado a São Luís, em 2 de setembro de 1823, José Cândido encontra a província em plena efervescência das questões políticas. A “adesão” à Independência fora oficializada há pouco, em 28 de julho. Assim, os ânimos estavam acirrados. A animosidade entre “brasileiros” e “portugueses” marcava o tom das disputas políticas, mas também econômicas e sociais. Importante ressaltar que a condição de “brasileiro” ou “português”, no bojo destes acontecimentos, era polissêmica. Esta condição vai muito além do simples local de nascimento e perpassa uma série de outros interesses, sendo talvez, o mais significativo, a ocupação dos empregos públicos, questão presente desde os primeiros dias da “adesão” e potencializada nos momentos de substituição dos presidentes de província (GALVES; ARAÚJO, 2015, p. 85).

Aos olhos dos “bons brasileiros” que estavam à frente dos poderes na província, com a derrubada dos portugueses, contrários ao Império e ao próprio imperador, cumpria-lhes a tarefa de retirá-los dos cargos e em alguns casos expulsá-los da província.

Todavia a afirmação que os mesmos tinham em relação a sua motivação de tal expulsão⁹ era a de que esses portugueses estariam sendo acusados de serem contra a Independência, portanto, deveriam ser punidos de tal modo, em contrapartida, alguns meses depois devido a algumas mudanças políticas na província, uma pequena parte dos portugueses que foram expulsos voltaram para o Maranhão onde alguns conseguiram seus empregos de volta (GALVES; ARAÚJO, 2015), entretanto, a situação tinha amenizado um pouco devido a tais mudanças, mas as intrigas entre os grupos ainda estavam presentes, mesmo que por um breve momento reduzida.

Durante os anos posteriores, tivemos algumas situações e impasses que alimentaram esses conflitos entre os mesmos, como podemos encontrar no capítulo anterior, entretanto, outro acontecimento impulsionador para os conflitos que vale ressaltar, veio a se manifestar com a chegada dos anos finais do Primeiro Reinado, quando, devido às crises econômicas que rondavam o Império, um grande aumento nos impostos para a população foi adicionado, e com isso foram utilizados meios de prevenir essa crise, um deles foi o aumento do valor circulatório

⁹ Expulsão essa que podemos corroborar em Araújo, “Lembrava a resolução tomada pelo novo governo da Província, logo que jurada a adesão ao Império, em que decidiam pela expulsão de todos os europeus residentes no Maranhão, quando, na ocasião, um grande número de brasileiros teriam sido contrários a tal medida. (ARAÚJO, 2008, p. 86).

das moedas de cobre, fazendo com que fosse suprimido o problema de falta de dinheiro que o império estava passando, entretanto, essa artimanha já havia sendo implantada nas regiões desde 1821.

Contudo, durante esse período de crise, um meio que alguns membros da província encontraram foi falsificar tal moeda, conhecidas como “Xem-Xem”. Entretanto, essa decisão à medida que proveitosa para os falsificadores, era motivo de grande desgraça para outros, uma vez que para aqueles que trabalhavam na província e recebiam seus pagamentos com essa moeda, em alguns problemas se apresentavam.

O aumento da circulação do “xem-xem”, como era conhecida além de influir na queda do padrão monetário, ocasionava sérios problemas ao “povo miúdo”, que via seu dinheiro ser rejeitado em lojas, armazéns e botequins. Ora, esses estabelecimentos comerciais pertenciam geralmente a portugueses estabelecidos no Brasil, o que fazia com que a população faminta e enfurecida se voltasse contra quem lhes negava diretamente o direito à sobrevivência. Esse é um aspecto importante no cenário do confronto entre os nascidos no Brasil e em Portugal. A dificuldade da população urbana para enfrentar os problemas cotidianos foi um dos motivos fundamentais para o surgimento dos conflitos de rua que começaram a espocar em todas as partes do Brasil, com gritos de “fora os marinheiros¹⁰”, numa referência direta aos portugueses que lhes estorvavam a vida, entre eles incluído o imperador (LYRA, 2000, p. 58).

Podemos ver com isso que os impasses entre esses dois grupos sempre tiveram presentes na província, mas foram adições de situações adversas que incitaram ainda mais os conflitos, como no caso que citamos, o uso do “Xem-Xem” que serviu como ponto de partida para mais discussões que, no caso em questão, chegou a um ponto de maior agressividade.

Seguido ao Rio de Janeiro, os conflitos continuavam a aparecer na província do Maranhão. Portanto, reitera-se que por trás dessas discussões havia um sentimento de descrédito para com o governo imperial. Já corriam boatos que ele poderia unir novamente as coroas de Brasil e Portugal, como já explicado. A imagem do governo do imperador estava bem desgastada com os “brasileiros”.

Os desentendimentos entre “portugueses” e “brasileiros” ficavam cada vez mais acalorados, chegando à troca de insultos e gritos nas ruas.

Logo o conflito se estabeleceria, com insultos entre os “pés de cabra” (os brasileiros, ágeis no andar) e os “pés de chumbo” (os portugueses, com o andar pesado dos tamancos ou das botas da infantaria). A população nativa, que via nas manifestações dos comerciantes portugueses (que foram os únicos a aplaudir o imperador) apoio explícito à política opressora do governo imperial e ao projeto de reunificação do Brasil com Portugal, julgava inaceitável tal atitude. A animosidade dos brasileiros contra os portugueses, donos de armazéns e boticas, ainda era agravada pelo fato de estes lhes negarem empregos, além de se recusarem a vender fiado ou receber a desvalorizada moeda “xem-xem” (LYRA, 2000, p. 62).

¹⁰ A expressão “Mata marinheiros” variação de “Fora marinheiro” é usada desde o contexto da Independência no Brasil, devido a invasão de tropas as províncias do norte, “A todo instante chegavam notícias de que as tropas portuguesas se preparavam para vir ao Maranhão. Da Bahia, em 30 de maio de 1823, chegavam notícias de que Portugal enviaria, brevemente, uma expedição com 600 homens para o Maranhão” (ARAÚJO, 2008, p. 76).

Portanto, notamos com isso as etapas em que os conflitos entre esses dois grupos foram tomando ao decorrer da história, tanto antes do ano de publicação do periódico “O Brasileiro” como posterior à sua publicação, como é no caso do evento que ficou conhecido como a “Noite das Garrafadas”. Entretanto, a análise desses acontecimentos nos dá um contexto mais aprofundado sobre a situação em que os moradores da província estavam vivenciando durante o período das publicações das edições do periódico, fazendo uma ligação da origem das discussões sobre os cargos públicos, como também sobre a crítica dos moradores considerados “brasileiros” em relação aos “portugueses”.

De volta às páginas do *O Brasileiro*, é encontrado na edição de número 18 um assunto bastante interessante, a tomada do trono de Portugal por D. Miguel. O redator passa a mencionar os impactos que tal fato estaria ocasionando no Brasil. Segundo ele, a maior de todas as consequências era a grande massa de imigrantes vindo de Portugal.

Depois que D. Miguel por si, e pelo seu partido se proclamou rei absoluto de Portugal, entrou a aparecer nesta cidade e por todo o Brasil, segundo notícias que tenho, muitos portugueses a título de emigrados ou fugindo as tiranias do seu novo rei: estou persuadido que uns de facto são emigrados, homens de bem que procuram um país aonde reside a liberdade; e que outros costumados a viverem a cazaca, segundo a maneira porque são tratados nos diversos partidos, procurão em lugar de benefícios simular o sistema próprio de sua depravada moral, esperançados que tirarão, em resultado, aquele proveito próprio de sua mente, ainda que momentâneo: é por estes que julguei justissimo despertar os meus patricios oferecendo-lhes algumas reflexões (O BRASILEIRO, n. 18, 1830).

Após essas ressalvas sobre os possíveis perigos de tais acontecimentos, o redator vai finalizar a edição dizendo que embora tenha as preocupações que apresentou, ele espera que o governo consiga emprego para os imigrantes que estão por vir, posicionamento interessante, tendo em vista os conflitos entre os moradores com os portugueses que já estavam na província, discutidos nas edições anteriores do periódico.

Na edição de número 21, do dia 04 de setembro, a última da primeira fase do jornal, o redator vai iniciá-la mandando um recado para o juiz de paz, acusando algumas pessoas que ele cita no decorrer da edição. Ele vai sempre lembrando que se as autoridades não melhorarem em suas organizações e ações, vai parecer para as pessoas que eles voltaram para o antigo regime.

Logo em seguida o redator vai citar alguns fatos sobre as ações do senhor Antônio Gomes Claro, sempre deixando claro que está escrevendo com o intuito de ser bem direto para ele. Mais à frente ele vai falar sobre as pessoas que estão ocupando a posição de cargos nos órgãos públicos, e que elas estão no meio do que pode levar a sociedade para a sua melhor organização. Uma boa colocação em se tratando do que já foi mencionado no presente trabalho,

em relação às queixas da população com os funcionários dos órgãos públicos, e em como a opinião pública começa a ter poder na época, diante das cartas enviadas para o jornal, e o seu impacto.

De maneira especial, a edição de número 20, em comemoração à Independência, traz uma série de apontamentos interessantes que nos permitem aprofundar o olhar sobre como o jornal lia o processo de emancipação que resultou na Independência. Aqui, nessa leitura retrospectiva, a adesão ao movimento independentista se deu de modo imediato, sem arroudeio. O passado colonial, retratado como período de escravidão:

Desde o momento em que fomos emancipados, e que vimos tremular o Pendão da nossa liberdade, conhecemos que o novo Sistema era o único capaz de nos felicitar; devíamos desprezar as lições dos nossos Escravizadores, e cumpria-nos trilhar a vereda que conduz o homem ao estado de verdadeiro Cidadão (O BRASILEIRO, n. 20, 1830).

Percebemos então como José Antônio de Lemos vai mostrar a sua visão dos acontecimentos da Independência, de forma bem agradecida, e ressaltando a alegria perante a data comemorativa, como vemos na citação a seguir:

A Independência, obra do Gênio livre dos Brasileiros, e apoio de um Príncipe amigo desta Gente, está na primeira idade em que com facilidade podem os inimigos dela arreigar (como mais velhos) tudo quanto susetão desmanchos cumpre pois acautelarmo-nos pelos meios da lição, que tem aproveitado aos países hoje civilizados (O BRASILEIRO, n. 20, 1830).

Mais à frente o redator, ao afirmar a necessidade de as pessoas entenderem que “*ser brasileiro não é o mesmo que ser portugueses*”, põe-se a tratar sobre o tema do despotismo (O BRASILEIRO, n. 20, 1830). As palavras alcançam um ar de reflexão, tendo em vista que estamos vendo um lembrete sobre o passado, apresentado quase como uma escravidão, onde o dia em que se proclamou a Independência marcou o instante em que os “verdadeiros brasileiros”, como o redator deixa bem claro desde as primeiras edições do jornal, conseguiram finalmente a sua libertação dos infames portugueses. Portanto, é possível notarmos a forma como era vista pelas pessoas essa data, mesmo após 8 anos de seu acontecimento.

Correo o tempo e pelo seu eterno e rápido giro trouxe outra vez sobre os nossos risonhos Orientes o Dia 28 de julho de 1830 para sempre memorável e ditoso em que virão es Maranhenses tremular no seu território, o vistoso Pendão de sua INDEPENDÊNCIA. Nós (os Maranhenses) Te saudámos Oh! Dia protentozo! DIA Festivo e de grande Gala porque no teu espaço vimos com prazer estalarem-se as algemas do Despotismo que roxeavam nossos pulsos; sentimos o gozo de nossos Direitos Políticos tão generosamente dados pela Natureza, e insanamente roubados por esse indigno Monstro da escravidão (O BRASILEIRO, n. 20, 1830).

A maneira como a sua citação, em formato de poema, faz pequenas referências ao passado que a população da província do Maranhão viveu, ante a antiga dominação portuguesa,

expressa o interesse do redator em lembrar a todos que devem se manter informados sobre seus direitos, de modo a não voltarem a viver o mesmo que viveram no passado.

Essa não foi a primeira vez que o jornal tratou dessas temáticas. Há que se lembrar a função pedagógica assumida pelo jornalismo liberal do início do Século XIX. Tendo em vista que podemos encontrar mais a cerca dessa função pedagógica, onde vemos relatos mostrando que o jornal trabalha com outras formas de relatar os acontecimentos da “Freguesia” através de assuntos sobre trazer melhores condições para a mesma, como é o caso da edição de número 05, onde o redator do jornal vai iniciá-lo falando que o governo tem que defender a liberdade da sociedade, em relação ao trabalho e outros direitos, pois, como já citado anteriormente, a opinião pública pode ser um fator relevante para o funcionamento de um governo.

A sociedade é útil só porque dá a seus membros os meios necessários para trabalhar livremente em sua felicidade. Donde se segue, que o governo feito para executar as intenções da sociedade, que representa. Deve a seus súditos a necessária liberdade de seus trabalhos, e firma-la por leis capazes de reprimir aqueles, que quiserem invadi-la. A liberdade é uma dívida, e não um favor: é um bem sem o qual desaparecem todas as mais vantagens. A sociedade, o governo, as leis são feitas unicamente para nos traçar o caminho da felicidade, porem de modo que não ponham obstáculos ao bem ser dos mais associados (O BRASILEIRO, n. 05, 1830).

Em seguida o redator vai direcionar a sua explicação para o entendimento sobre as dificuldades da implementação da igualdade, e sobre as devidas vantagens da liberdade para/com a população, como foi relatado anteriormente sobre o direcionamento liberal do periódico, isso pode servir como base para compreendermos sobre a influência do pensamento sobre a liberdade que o mesmo tinha, tendo esse intuito de discussão para levar a compreensão dos leitores sobre as possíveis metodologias e possíveis leis que um governo pode adotar ou modificar para futuramente conseguir a liberdade necessária e em como não podem perdê-la, tendo em vista que eles têm que defender esse direito à liberdade.

Discussão essa que podemos ver sendo retomada na edição de número 06, apresentando uma explicação sobre as possíveis mudanças de leis que devem ser tomadas para uma futura melhoria no governo, mencionando também quem poderia fazer isso.

As leis devem ser feitas, mandadas executar, e em executadas: daqui se deduz a necessidade de três poderes distintos: hum que faça a lei, Poder legislativo; hum que a mande executar, Poder executivo; e hum que julgue se foi bem ou mal executada; poder judiciário estes três poderes devem ser essencialmente distintos, e confiados a pessoas independentes umas das outras, porque se hum só fosse que fizesse as leis, as mandasse executar e julgasse acerca delas; fazia as leis como lhe convinha, as mandava executar como lhe convinha, e julgava como lhe convinha o que não é justo (O BRASILEIRO, n. 06, 1830).

Em seguida o redator vai explicar como que é estruturado essa mesma forma de distribuição e como ela está sendo implementada.

No Brasil o poder de fazer leis (legislativo) he delegado a Assembleia Geral com a Sanção do imperador. (Constit, art, 13). O poder de fazer executar as leis (Executivo) he delegado ao imperador, que o exercita pelos seus Ministros de Estado responsáveis. (constit.art. 103 132, e 133). O poder de Julgar, (Judiciario) he delegado a Juizes inamovíveis, a jurados e a Arbitros. Constit. Tit. 6 (O BRASILEIRO, n. 06, 1830).

Posteriormente a devida explicação vai ser citado que todo governo onde estes três poderes forem reunidos em uma só pessoa ou corporação não é um governo, mas sim despotismo. O redator vai mencionar que no Brasil existe reconhecido pela Constituição um quarto poder destinado a harmonizar os três outros quando forem discordes e possam causar perigo ao estado: que é o Poder Moderador, que é citado como direcionado privativamente ao imperador. *“No Brasil existe reconhecido pela constituição hum quarto poder destinado a harmonizar os três outros quando forem discordes e possam causar perigo no Estado: he o poder moderador, deleado privativamente ao imperador. (Constiti. Art.98.)”* (O BRASILEIRO, n. 06, 1830).

Por fim, após a leitura da primeira etapa do jornal, foi possível encontrar uma boa base de informações acerca dos eventos que aconteceram durante o ano de 1830 na província do Maranhão, e em como os moradores recebiam as notícias dos acontecimentos da mesma. Portanto, foi possível compreender como a política e as desavenças na província eram trabalhadas através do periódico, nos entregando uma compreensão melhor da época.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao iniciarmos a presente pesquisa era imaginada uma importante oportunidade de estudo do Maranhão através de um periódico que circulou no mesmo cerca de 192 anos atrás, tendo em vista que *O Brasileiro* se mostrava como uma notável fonte para aprofundarmos ainda mais o nosso entendimento sobre os acontecimentos desse período.

Pois, através dele poderíamos entender sobre a vivência na província em 1830, como estavam os conflitos entre os “portugueses” e “brasileiros”, desvendando também sobre a noção da construção de uma nacionalidade e os resultados da mesma, descobrindo ainda sobre a ocupação dos cargos públicos por indivíduos considerados brasileiros e os considerados portugueses pela visão da população.

Diante disso, estudarmos sobre a política como também a ideia de nação e o constitucionalismo da época através do periódico *O Brasileiro* foi uma importante questão que nos propomos a desbravar através dessa presente pesquisa. Analisando o primeiro reinado e seu impacto na província do Maranhão, como também as mudanças que a província tomou durante

o primeiro reinado, conseguimos obter uma melhor compreensão sobre as tensões pela construção de uma definição de identidade nacional, diante do espaço político-social do Maranhão, entre “brasileiros” e “portugueses”, a partir das discussões feitas no jornal *O Brasileiro*, em 1830.

Encontramos relatos, através das páginas do *O Brasileiro*, que apresentavam a visão da população tanto sobre os “inimigos da província”, que eles demonstram serem os “portugueses”, como sobre citações do próprio redator do jornal sobre o “artigo 6º” que fazia a separação entre os “verdadeiros brasileiros” e os “corcundas”. Esse artigo foi utilizado como argumento para algumas discussões da época, servindo como um fator que incitava os conflitos entre os demais na província.

Todavia através dessa noção que a população tinha, foi possível encontrarmos citações acerca da opinião pública sobre a ocupação dos cargos públicos por indivíduos considerados “portugueses”, tendo em vista que encontramos cartas de leitores reclamando de ocupantes desses cargos, e de alguns deles serem portugueses, mostrando a forma como o próprio redator via essa situação que de acordo com o mesmo “deixava a população ofendida” pois, o juiz de paz nomeou uma pessoa considerada portuguesa para um cargo público. Nos fazendo assim atingir o objetivo de identificar a forma que a população reagia com tal situação.

Diante de todo o procedimento de pesquisa, após a leitura do periódico *O Brasileiro*, foi possível encontrar um bom entendimento de como a população da província do Maranhão, em 1830, recebia as informações dos acontecimentos políticos e do cotidiano, através da forma de transmissão das notícias que o periódico *O Brasileiro*, tendo o redator José Antônio de Lemos montava a sua estrutura em suas páginas.

Através das leituras das suas edições, vimos como as cartas que os leitores do jornal mandavam para o redator foram analisadas e discutidas pelo mesmo, reproduzindo-as nas páginas do periódico, e, com isso, a transmissão dos acontecimentos na província foi mais direta para os erros que afetavam os cidadãos, já que a queixa vinha dos mesmos.

A presente pesquisa bibliográfica foi feita com uma metodologia voltada para a leitura e análise das páginas de uma fonte impressa que foi o periódico *O Brasileiro*, que através da mesma, foi possível obtermos um relevante resultado sobre a situação do Maranhão na época, fazendo com que a presente pesquisa possa servir como base para futuras pesquisas sobre o Maranhão durante o Primeiro Reinado.

REFERÊNCIA

ASSUNÇÃO, Matthias Röhrig. Miguel Bruce e os “Horrores da Anarquia” no Maranhão, 1822-1827. In: István JANCSÓ (org.). **Independência: História e Historiografia**. São Paulo: Hucitec/FAPESP, 2005.

ARAÚJO, Roni César Andrade. **Das Margens do Ipiranga ao Estreito dos Mosquitos: O Maranhão e a Independência do Brasil nas páginas dos Jornais O Conciliador e O Argos da Lei**. 2008. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2008.

ARAÚJO, Roni César Andrade de. **Entre a Província e a Corte: Brasileiros e Portugueses no Maranhão do Primeiro Reinado (1823- 1829)**. 2018. Tese (Doutorado em História). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2018.

ARAÚJO, Roni César Andrade. O “Constitucionalismo de Ocasão” e os “Ferros do Despotismo” – A Adesão às Cortes nas Páginas do Jornal O Conciliador (1821-1823). In: MATOS, Marcos Fábio Belo; ARAÚJO, Roni César Andrade de; PINHEIRO, Roseane Arcanjo (orgs). **200 anos de imprensa no Maranhão**. Vol 1. – São Luís: EDUFMA, 2022.

BARBATO, Luís Fernando Tosta. A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE NACIONAL BRASILEIRA: necessidade e contexto. **Revista Eletrônica História em reflexão**, Vol. 8, Nº 15, UFGD, Dourados, 2014.

BERSTEIN, Serge. Culturas políticas e historiografia. In: Cultura política, memória e historiografia. Org: AZEVEDO, Cecília. Rio de Janeiro: FGV, 2009.

COSTA, Emília Viotti da. **Da monarquia à república momentos decisivos**. Ed. 6. São Paulo: UNESP, 1999.

DECCA, Edgar Salvadori de. Cidadão, mostre-me a identidade. In. **Caderno Cedes**, Campinas, V.22, nº 58, p. 7-20, 2002.

GALVES, Marcelo Cheche. “Aderir”, “Jurar” e “Aclamar”: O Império no Maranhão (1823-1826). Rio de Janeiro. **Almanack**. 2011.

GALVES, Marcelo Cheche. “Dirigir e retificar a opinião pública”: os primeiros anos da Tipografia Nacional do Maranhão (1821-1823). In: **Histórias sobre o Brasil no Oitocentos**. Org: RIBEIRO, Gladys S; CAMPOS. Adriana P. Ed. 1. São Paulo: Sindicato Nacional dos Editores de Livros, 2016.

GALVES, Marcelo Cheche. **O Conciliador do Maranhão (1821-1823): um periódico no mundo ibero-americano**. **Estudos Ibero-Americanos**, v. 46, n. 2, Porto Alegre, 2020.

GALVES, Marcelo Cheche; ARAÚJO, Roni César Andrade de. A questão dos portugueses na imprensa maranhense no final do Primeiro Reinado. **Revista Litteris**, v. 1, p. 79-99, 2015.

GALVES, Marcelo Cheche; ARAÚJO, Roni César Andrade de. Setembrada. In: OLIVEIRA, Cecília Helena de Salles; PIMENTA, João Paulo (orgs.). **Dicionário da Independência do Brasil: História, Memória e Historiografia**. – São Paulo: Edusp: Publicações BBM, 2022.

JORGE, Sebastião Barros. **Imprensa do Maranhão no Século XIX 1821 – 1990**. Maranhão: MEC/SESU, 2008.

LUCA, Tânia Regina. A história dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2005.

LYNCH, Christian Edward Cyril, O Conceito de Liberalismo no Brasil (1750-1850). In: Araucária. **Revista Iberoamericana de Filosofía, Política y Humanidades**, vol. 9, núm. 17, primer semestre, p. 212-234, 2007.

LYRA, Maria L. V. **O império em construção: primeiro reinado e regência**. São Paulo. Atual, 2000.

MARIZ, Vasco. Lorde Cochrane, o turbulento Marquês do Maranhão: In: Dossiê O Atlântico, o comércio, as guerras e as instituições militares na formação do Estado do Império do Brasil. **Revista Navigator**, v. 8, n. 16, p. 11-20, 2012.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá (Org.). **Culturas Políticas na História: Novos Estudos**. Belo Horizonte: Argumentum, 2009.

NEVES, Lucia Maria Bastos Pereira. A “guerra de penas”: os impressos políticos e a Independência do Brasil. Rio de Janeiro, **Tempo**, n. 8, p. 41-65, 1999.

NEVES, Lucia Maria Bastos Pereira. A linguagem política da Independência: Brasil, 1821-1823. In: **Pasado Abierto. Revista del CEHis**. Nº4. Mar del Plata. p. 61-85, 2016.

NEVES, Lucia Maria Bastos Pereira. Nas margens do liberalismo: voto, cidadania e constituição no Brasil (1821-1824). Rio de Janeiro, **Revista de História das ideias**; Vol. 37. 2º serie, p. 55-77, 2019.

OLIVEIRA, Rodrigo Santos de. **A Relação Entre a História e a Imprensa, Breve História da Imprensa e as Origens da Imprensa no Brasil (1808-1930)**. – Rio Grande, *Historiae*, v.2, n.3, p. 125-142, 2011.

PANDOLFI, Fernanda Cláudia. O papel da imprensa na política no final do Primeiro Reinado: uma análise do jornal Tribuna do Povo. **História e Cultura**, v. 3, São Paulo: UNESP, 2014.

ROWLAND, Robert. Patriotismo, Povo e Ódio aos Portugueses: notas sobre a construção da identidade nacional no Brasil independente. In: JANCSÓ, István (Org.) Brasil: **Formação do Estado e da Nação**. São Paulo: Hucitec, Ed. Unijuí; Fapesp. p. 365-388, 2003.